

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

SAMARANE FONSECA DE SOUZA BARROS

CENTRO E CENTRALIDADE EM CIDADES MÉDIAS: O CASO DO BAIRRO
PALMEIRAS EM PONTE NOVA – MG.

VIÇOSA, MINAS GERAIS.

NOVEMBRO, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

SAMARANE FONSECA DE SOUZA BARROS

CENTRO E CENTRALIDADE EM CIDADES MÉDIAS: O CASO DO BAIRRO
PALMEIRAS EM PONTE NOVA – MG.

Monografia apresentada sob a orientação do professor Tiago Augusto da Cunha (DAU/UFV) e co-orientação do professor Gustavo Soares Iorio (DGE/UFV) como exigência para o título de bacharela em Geografia.

VIÇOSA, MINAS GERAIS.

NOVEMBRO, 2017.

SAMARANE FONSECA DE SOUZA BARROS

CENTRO E CENTRALIDADE EM CIDADES MÉDIAS: O CASO DO BAIRRO
PALMEIRAS EM PONTE NOVA – MG.

Monografia apresentada sob a orientação do professor Tiago Augusto da Cunha (DAU/UFV) e co-orientação do professor Gustavo Soares Iorio (DGE/UFV) como exigência para o título de bacharela em Geografia.

Aprovada em 17/11/2017.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Tiago Augusto da Cunha

Orientador

Departamento de Arquitetura e Urbanismo-UFV.

Prof. Dr. Gustavo Soares Iorio

Co-orientador

Departamento de Geografia-UFV.

Prof. Ms. Higor Geraldo Mozart Santos

Avaliador

Departamento de Geografia-UFV.

Prof. Dr. Wagner Barbosa Batella

Avaliador

Departamento de Geociências - UFJF

AGRADECIMENTOS

A produção de um trabalho científico, apesar de demandar esforços solo, é amaciada pela presença de pessoas e forças especiais as quais merecem todo o mérito do fim. Primeiramente, então, vale os agradecimentos a todos os amigos e familiares que entenderam a minha ausência durante este processo – tão dolorido e prazeroso quanto um parto.

Não posso esquecer de mencionar as bênçãos de Deus que foram meu afago nos momentos de angústia. O amor de Deus na minha vida é personificado, principalmente, pela minha vó Edy que não mede esforços para rezar e adocicar a vida dos seus. Deus também me agraciou com pais que são exemplo de carinho, respeito e confiança e sem os quais minha jornada até aqui não faria sentido: Bete e Guilherme, à vocês tudo. E através dos meus pais pude conhecer um tipo de amor muito diferente do habitual, um amor que morde e assopra, ele razão; eu emoção: meu irmão Vicente Augusto, gratidão aos choros, risos e cuidado.

Ainda no âmbito familiar, como não falar dos meus tios e primos que a cada encontro regado de risadas e cerveja alimentavam a minha esperança e me faziam acreditar que eu era capaz de coisas que nem imaginava. Com certeza vamos tomar umas para comemorar mais esta etapa! Família, ê, família ah....tradicional família brasileira: república a qual não morei de fato, mas foi o meu lar durante todos estes anos de Viçosa. Lugar, no sentido mais geográfico da palavra, de encontros, surpresas e muita amizade que, evidentemente, foi um de meus pilares de sustentação.

“Já morei em tanta casa que nem me lembro mais...” essa vida republicana no mais amplo sentido da palavra nos apresenta pessoas especiais que para além de dividir contas, dividimos sonhos. Bruninha e Lays, hoje não mais moramos juntas, mas o aprendizado que tive com vocês – e com Eulália – vou carregar para o resto da vida. Vocês também são manifestações do carinho de Deus na minha vida, carinho este tão confortante quanto o cheiro de café passado na hora.

Aos amigos que a vida me apresentou, uns mais recentes, outros nem tanto assim. À Marcela sempre presente nas minhas melhores histórias, obrigada pela paciência e companheirismo. Rodrigo e Carlota, tão diferentes, mas tão iguais, obrigada pelos 5 anos de ajuda e crescimento. Ludmilla, um dos melhores reencontros da vida, obrigada pela segunda chance. Raquel, Jaqueline e Larissa, amigas desde tempo de escola e onde o amor carmelita não cessa. À turma da Geografia 2013 e meus calouros da turma de 2014, obrigada pelos encontros

e desencontros, bem como pelos debates pertinentes – ou não – que ajudaram na construção do meu ser-geográfico.

Como falar em amigos sem mencionar o meu tripé de orientação: Wagner-Gustavo-Tiago. Ao Wagner por me apresentar a temática das cidades médias e carinho que permaneceu mesmo com a partida de um limiar inferior (Viçosa) para um limiar superior (Juiz de Fora). Ao Gustavo, por ter me acolhido tão bem e somado às minhas discussões críticas que fortaleceram o meu fazer científico, sem esvaziar a minha dimensão política. E ao Tiago, que entre as paletas e formas da arquitetura, contribuiu para enriquecer o meu debate acerca das cidades e seus variados espectros. Através destes orientadores-amigos, estendo os meus agradecimentos aos grupos de pesquisa – e todas as pessoas envolvidas neles - que me subsidiaram até aqui: LAURE, LEGEC e Território & Desigualdades.

Seguindo a linha dos trios, registro aqui os meus agradecimentos ao melhor deles: Patrícia, Fábio e Gilmar. Eles que são o coração do DGE e não medem esforços para nos ajudar, seja na resolução de burocracias, planos de aulas de todo início de semestre e sempre nas boas trocas e conversas. Aproveito, ainda, para agradecer a todos os professores do DGE, trago cada um de vocês nas minhas melhores memórias (ou não). Aos professores de outros departamentos também, em especial ao DAU, por somarem na minha formação, muito obrigada!

Entre a dialética de crises de ansiedade e crises de riso, chego ao fim deste trabalho com muito mais dúvidas do que certezas. À estas dúvidas deixo a minha gratidão: obrigada por não me fazerem parar e mergulhar cada vez mais nas infinitas possibilidades de ser ciência. Por fim, obrigada às forças da Geografia por terem me dado o fôlego necessário para chegar aqui, porque “com GEO não dói”!

Presentemente eu posso me considerar um sujeito de sorte, porque apesar de muito moço

Me sinto são e salvo e forte

E tenho pensado comigo, Deus é brasileiro e anda do meu lado

E assim já não posso sofrer no ano passado

Tenho sangrado demais, tenho chorado pra cachorro

Ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro!

Belchior

#ForaTemer #VoltaBelchior

RESUMO

A cidade de Ponte Nova, localizada na Zona da Mata mineira, desde tempos pretéritos comportou-se como uma importante centralidade para a sua região, sobretudo, por causa da economia sucroalcooleira. Porém, atualmente, a economia da cidade relaciona-se, principalmente, ao setor de comércio e serviços o que engendra novas centralidades e resignifica as áreas do espaço intraurbano. Isto posto, objetivou-se investigar o espaço intraurbano pontenovense, afim de caracterizar o bairro Palmeiras como um subcentro. Contudo, como é sabido, as dimensões intra e interurbana caminham lado a lado, por isso, resgatou-se também elementos da região de Ponte Nova para, mormente, a caracterização dela enquanto uma cidade média. Para alcançar este objetivo a metodologia pautou-se em três eixos, a saber: levantamento bibliográfico, levantamento e análise de dados secundários e trabalho de campo. Em linhas gerais, percebeu-se que o bairro Palmeiras já nasceu com o escopo da expansão pontenovense, sendo área preferencial da instalação de comércios desde outrora; atualmente, o bairro é o principal emblema econômico da cidade, abrigando as grandes marcas e grande parte dos serviços financeiros. O subcentro do bairro Palmeiras afasta-se do centro principal, por este ainda abrigar as funções administrativas da cidade. De acordo com o estado da arte e das análises aqui realizadas o desígnio de Palmeiras como um subcentro, entretanto, diferenciou-se da dinâmica de outras cidades médias, pois surgiu com o intuito de abrigar a expansão da cidade e não como consequência do transbordar do centro.

Palavras-chave: Cidades Médias; Centralidade; Subcentralidade; Ponte Nova.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – Localização da área de estudo.....	12
FIGURA 02 – Ruas do Bairro Palmeiras.....	13
FIGURA 03 – Usina Anna Florência.....	37
FIGURA 04 – Emancipações a partir do município de Ponte Nova.....	43
FIGURA 05 – Microrregião Geográfica de Ponte Nova.....	45
FIGURA 06 – Configurações interurbanas de Ponte Nova – MG.....	51
FIGURA 07 – Bairro Palmeiras no século XIX, ainda bucólico.....	57
FIGURA 08 – Edifício da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora.....	58
FIGURA 09 – Escola Nossa Senhora Auxiliadora atualmente.....	58
FIGURA 10 – Largo de Palmeiras, ao fundo capela Nossa Senhora Auxiliadora.....	59
FIGURA 11 – Praça Cid Martins Soares atualmente.....	59
FIGURAS 12, 13, 14 e 15 – Galerias e Edifícios Comerciais.....	63
FIGURA 16 – Mapa de Localização de Supermercados.....	65
FIGURAS 17 e 18 – Redes de supermercados em Palmeiras.....	66
FIGURAS 19, 20 e 21 – Redes de eletrodomésticos em Palmeiras.....	69
FIGURA 23 – <i>Shopping da saúde</i> do Hospital Nossa Senhora das Dores.....	72
FIGURAS 24 e 25 – Marcas do passado no centro de Ponte Nova.....	77
FIGURA 26 – Escadaria Albano Bráulio.....	78

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – Evolução populacional da Zona da Mata (1970-2000).....	46
QUADRO 02 – Classificação de Ponte Nova - MG segundo as REGIC's (IBGE) – 1987, 2000, 2008.....	50
QUADRO 03 – <i>Ranking</i> de mercados que mais faturaram em Minas Gerais, 2016.....	66

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – Valor adicionado por setor ao PIB de Ponte Nova.....	42
GRÁFICO 02 – Valor adicionado ao PIB por setor na microrregião (2009).....	47
GRÁFICO 03 – PIB dos municípios da microrregião de Ponte Nova (2009).....	47

Sumário

1) INTRODUÇÃO.....	11
1.1) METODOLOGIA	13
2) ENTRE TEMAS, CONCEITOS E NOÇÕES: o subsídio teórico necessário.....	15
2.1) CIDADES MÉDIAS: da problematização da rede urbana brasileira à delimitação de uma noção.....	15
2.1.1) DIVERSIDADE NOS ESTUDOS DAS CIDADES MÉDIAS.....	18
2.2) RELAÇÃO CIDADE E COMÉRCIO E AS FORMAS ESPACIAIS AO LONGO DO TEMPO.....	23
2.3) DA ÁREA CENTRAL ÀS NOVAS CENTRALIDADES URBANAS: estruturação e reestruturação das cidades.....	26
2.3.1) A ÁREA CENTRAL NA CIDADE CONTEMPORÂNEA.....	26
2.3.2) DESCENTRALIZAÇÃO URBANA E NOVAS CENTRALIDADES: o processo de reestruturação em perspectiva.....	29
2.3.2.1) SUBCENTROS.....	33
3) PONTE NOVA: passado e presente.....	36
3.1) DOCE PASSADO.....	36
3.2) O espaço interurbano de Ponte Nova.....	43
3.2.1) Cidade e região: compreendendo Ponte Nova enquanto uma cidade média.....	51
3.3) O ESPAÇO INTRAURBANO DE PONTE NOVA: o centro principal.....	54
4. NOVAS CENTRALIDADES EM CIDADES MÉDIAS: o bairro Palmeiras.....	57
4.1 O ESPRAIAMENTO DO CENTRO PRINCIPAL E O SUBCENTRO DO BAIRRO PALMEIRAS: semelhanças e diferenças.....	74
5) CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS	82
ANEXO	89

1) INTRODUÇÃO

O interesse pelo estudo acerca de Ponte Nova e, em especial, sobre o bairro Palmeiras, parte da necessidade que a autora deste trabalho sempre teve de recorrer a esta cidade para funções como saúde e demais serviços públicos, mesmo sendo pertencente de Teixeira, cidade sob influência direta de Viçosa, cidades estas também pertencentes a Zona da Mata mineira. O bairro Palmeiras surge como a principal imagem de um centro de comércio e serviços de Ponte Nova contemporaneamente e, por ser curiosa pelas cidades, resolveu-se investigar a conformação deste subcentro.

Para além da dimensão pessoal, o esforço intelectual deste trabalho visa somar ao conjunto das pesquisas sobre o universo das cidades médias, bem como a intrínseca relação de suas centralidades para com o setor terciário.

Ponte Nova é um município localizado na mesorregião da Zona da Mata mineira, integrando a bacia do Rio Doce, banhada por um de seus principais cursos, o rio Piranga. Além do distrito sede, sua divisão político-administrativa é composta por outros dois distritos: Vau-Açu e Rosário do Pontal, somando os três, cerca de 57.390 habitantes (IBGE, 2010). A cidade é uma importante centralidade dessa região, se caracterizando como uma cidade média pela sua funcionalidade na rede urbana, indo além dos parâmetros demográficos. O mapa de localização (FIGURA 01) abaixo mostra a posição de Ponte Nova no estado mineiro, bem como a área de estudo que irá ser explorada neste trabalho.

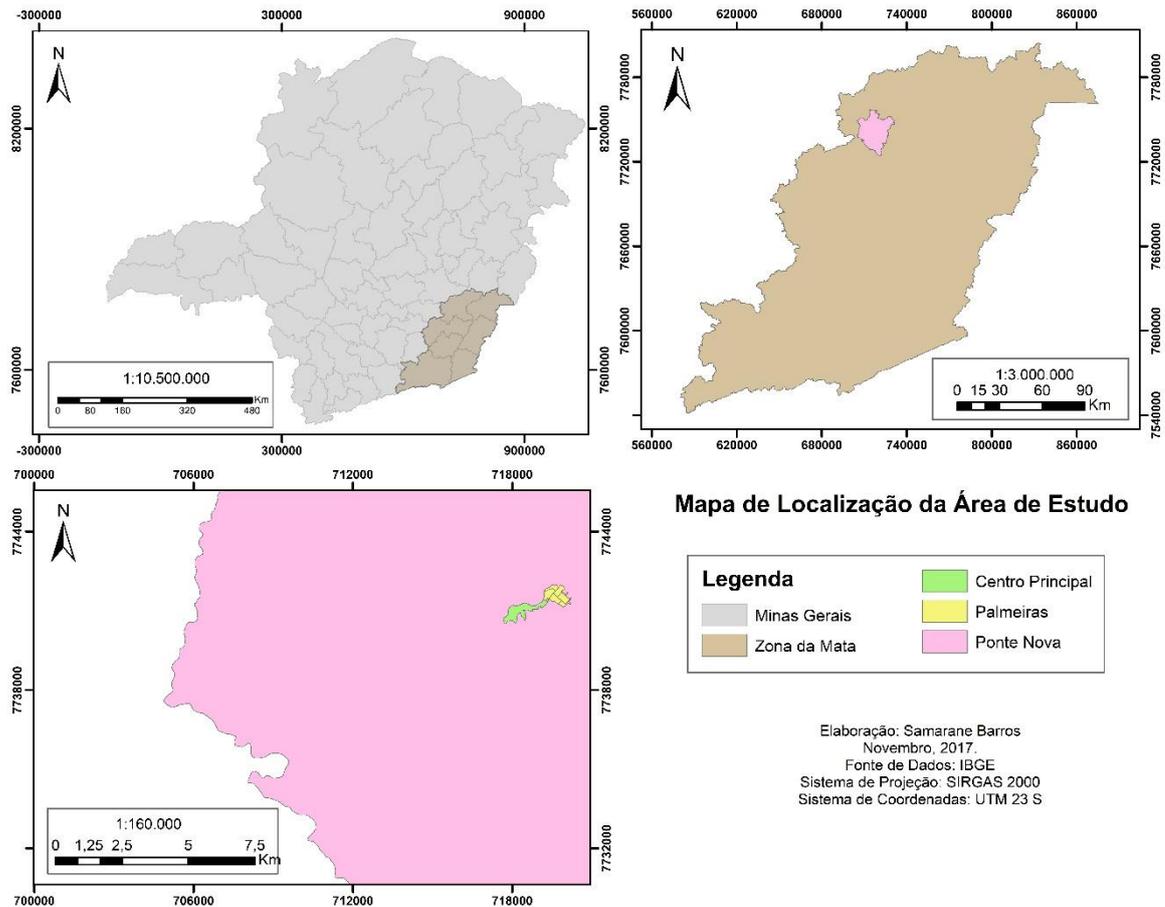


FIGURA 01 – Localização da área de estudo.

FONTE – IBGE (2010). Organização da autora.

Considerando, portanto, Ponte Nova enquanto uma cidade média, buscou analisar a configuração de seu espaço intraurbano, especialmente, no que diz respeito ao centro principal e a centralidade do bairro Palmeiras, caracterizando-o como um subcentro. Como a cidade não possui serviço de abastecimento, os bairros foram delimitados a partir dos setores censitários disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em seu último censo. Isto posto, a área considerada Palmeiras é a mostrada na figura 02 abaixo.

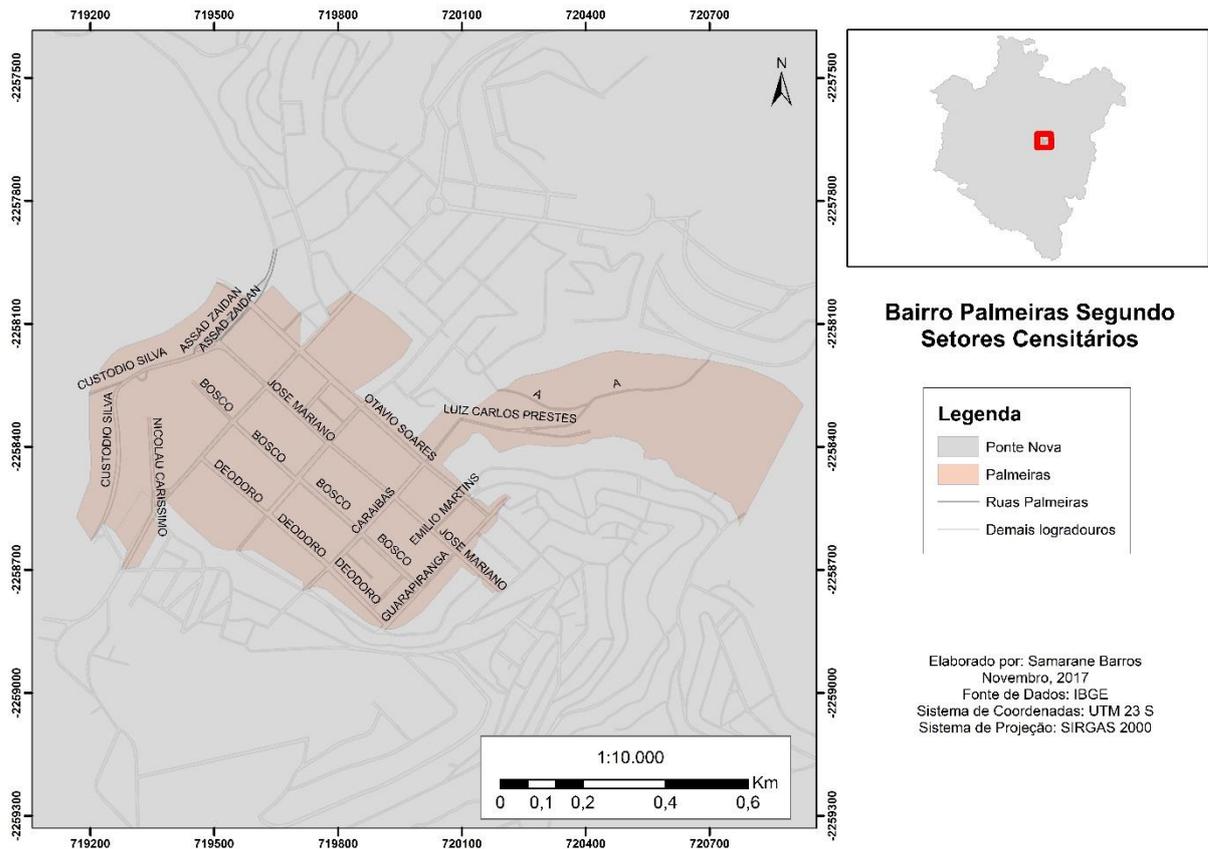


FIGURA 02 – Ruas do Bairro Palmeiras.

FONTE – IBGE (2010). Organização da autora.

O trabalho segue estruturado em outras três partes, além desta introdução, dos procedimentos metodológicos e das considerações finais. No segundo capítulo buscou uma concisa revisão bibliográfica sobre os principais eixos e conceitos norteadores da pesquisa. Em seguida, a apresentação da cidade de Ponte Nova nos seus âmbitos intra e interurbano, dando um enfoque especial na estruturação de seu centro principal. Por fim, no quarto e último capítulo adentrou-se ao objeto propriamente dito desta pesquisa: a centralidade do bairro Palmeiras.

1.1) METODOLOGIA

São chamados subcentros urbanos as novas centralidades que ascenderam a partir da desconcentração populacional e de serviços observada na segunda metade do século XX e, para fins e efeitos, como já explicitado, são tidos como miniaturas do centro principal (VILLAÇA, 2001). Ao mesmo passo, surgiram meios de investigação distintos para identificação destas subcentralidades, por exemplo os que adotam um viés mais quantitativo, como proposto por

Giuliano & Small (1991) na metodologia dos valores de corte ou ainda como López & Muñiz (2005) nos métodos econométricos. Em linhas gerais, estas duas metodologias citadas preocupam-se, prioritariamente, com a densidade e concentração de empregos e renda. Contudo, a pesquisa que segue se valerá de uma abordagem mais qualitativa em que a identificação do subcentro é identificado como potencial da aglomeração de comércio e serviços e, por conseguinte, empregos no espaço intraurbano, mas também considerando a sua real significância para o contexto pontenovense, isto é, “que seu papel polarizador seja forte o suficiente para influenciar a estrutura urbana” (SIQUEIRA, 2012, p. 40).

A pesquisa partiu de um conciso levantamento bibliográfico em livros, artigos, teses e dissertações que possibilitaram o estado da arte. A coleta e análise de bibliografia permitiu a entranha por entre os conceitos, como cidades médias, centralidade e subcentro, contribuindo para a construção e fundamentação teórica desta pesquisa, além de respaldar os passos metodológicos seguintes.

Após o levantamento bibliográfico, foram coletados dados secundários. A escolha do banco de dados é importante, pois delimita a abrangência espacial e temporal do trabalho, uma vez que cada plataforma de informações vale-se de um recorte distinto. Os dados serão extraídos, principalmente, das bases do IBGE relacionadas, em especial, ao último censo realizado em 2010. Além destas informações, foram realizadas buscas nos *sites* institucionais, como Prefeitura e Câmara Municipais, entre outros.

Depois da revisão bibliográfica e do levantamento dos dados, foi feita uma visita *in loco* na cidade de Ponte Nova¹, com olhar pormenor para o centro principal da cidade e para o bairro Palmeiras, investigando quais as atividades existem em ambos os lugares e se houve a transferência de funções de um bairro para o outro. O trabalho de campo foi guiado por uma tabela que dividiu as atividades em setores para facilitar a contabilização das atividades terciárias e, por conseguinte, a caracterização da área (ANEXO). A elaboração do formulário de campo foi baseado na pesquisa desenvolvida por Andrade (2015), sobretudo, no que diz respeito aos agrupamentos das atividades econômicas.

Por fim, as informações foram organizadas em tabelas e quadros confeccionados no Microsoft Excel e em mapas elaborados no programa *ArcGIS 10.1*, assessorado pela apostila

¹ Em 13 de julho de 2017.

de aulas práticas da disciplina SOL480 – Introdução ao Geoprocessamento – da Universidade Federal de Viçosa.

2) ENTRE TEMAS, CONCEITOS E NOÇÕES: o subsídio teórico necessário.

Tudo é forma, até a própria vida.
Balzac

Neste capítulo avançará sobre a apresentação e discussão dos principais elementos teóricos da pesquisa com base na literatura levantada. A princípio foi abordado um breve histórico sobre a ascensão dos estudos sobre as cidades médias brasileiras, bem como a dificuldade de conceptualização desta noção. Atentou-se também para o perigo das tipologias ao mesmo passo que se resgatou o termo *limiar* como recurso analítico para enquadrar e caracterizar Ponte Nova como uma cidade média mineira.

Logo após, a partir da relação comércio e cidade realizou-se um resgate histórico, também baseado no estado da arte, para entender a emergência de novas centralidades a partir da reestruturação do espaço intraurbano e quão articuladas estão estas áreas ao setor terciário.

2.1) CIDADES MÉDIAS: da problematização da rede urbana brasileira à delimitação de uma noção.

A necessidade de se refletir sobre as cidades médias surge, bem como parte dos estudos urbanos, durante a década de 1950 na França, tendo como principal intuito repensar o ordenamento territorial e, ainda, as políticas de desconcentração populacional e de atividades, ou seja, fazia-se importante pensar uma melhor distribuição de centros e polos urbanos para equilibrar âmbitos econômicos e sociais.

Contemporâneo aos estudos do VI Plano de Desenvolvimento Econômico e Social (1971-1975) realizado na França, surge no Brasil, personificado no Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), os primeiros registros sobre estudos de cidades médias na América do Sul. Na década de 1970, em uma temporada na Universidade de Bordeaux para realização de seu doutoramento, Oswaldo Bueno Amorim Filho divulga um trabalho sobre Formiga², cidade localizada na mesorregião do Oeste de Minas Gerais. Em sua tese, Amorim Filho (1973) destaca a importância de se considerar o papel de intermediação das cidades médias no interior da rede urbana, além da importância da posição/situação geográfica de tais cidades, sendo, portanto, fatores tão fundamentais quanto os valores demográficos das

² “*Contribution à l’étude des Villes moyennes au Minas Gerais – Formiga et le Sud-Ouest du Minas Gerais*” (Tese de Doutorado Amorim Filho, 1973)

aglomerações urbanas. Ainda na década de 1970, o mesmo autor divulgou mais dois trabalhos³ sobre alguns critérios para caracterização das cidades médias. Embora Amorim Filho tenha sido um dos percursores a estudar as cidades médias brasileiras e, ainda, a categorizá-las, é válido salientar que a noção de cidade média é muito variada e pode carregar uma série de significados a depender da intenção da pesquisa e do pesquisador, sua vinculação teórica e os procedimentos metodológicos adotados.

Durante meados da década de 1980 o mundo testemunhou uma grande crise de modelo produtivo e as cidades médias surgiram enquanto possibilidade e alternativa às grandes metrópoles que sofriam o impacto das deseconomias de aglomeração. A crise do sistema fordista engendrou uma nova forma de territorialização e, por conseguinte, urbanização do território brasileiro.

Não só as deseconomias de aglomeração foram condicionantes. A reordenação do sistema produtivo visava – entre outros objetivos – a ruptura de fronteiras, e logo, a homogeneização de mercados. Em realidade, a abertura almejava novas formas de reprodução e acumulação do capital. E, nesse sentido, a redistribuição espacial do sistema produtivo subordinava novas áreas aos seus interesses. Já aqui é possível afirmar que o crescimento das cidades médias está diretamente associado a centros-polo de controle (BRANDÃO, 2007).

O espaço reflete, em grande parte, as manobras e ciclos do capital, isto é, com a crise do sistema fordista o espaço também revelou mudanças e passou por reestruturações. Entende-se por reestruturação, segundo Soja (1993, p. 193-194)

A reestruturação não é um processo mecânico ou automático, nem tampouco seus resultados e possibilidades potenciais são pré determinados. [...] ela implica fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, e uma mescla complexa e irresoluta entre a reforma parcial e a transformação revolucionária, entre a situação de perfeita normalidade e algo completamente diferente.

Em suma, em detrimento ao modelo fordista, ascende o modo de organização da produção denominado acumulação flexível⁴ que torna os territórios também mais flexíveis, desconcentrando as atividades produtivas e deixando mais dispersas também a concentração

³ “Um esquema metodológico para o estudo das cidades médias” (Amorim Filho, 1976); “Patos de Minas: uma cidade média em minas Gerais e sua região” (Amorim Filho, 1978).

⁴ A acumulação flexível é um modo de produção que distingue-se do fordista, sobretudo, no que tange a organização espacial do trabalho e da produção, incorporando patamares mais flexíveis e de estoques com menos quantidade, podendo assumir territorializações mais dispersas. Pretende-se, com este modelo de produção, suprir as demandas do momento, isto é, *just in time*. É válido salientar que ao mudar o modo de produção, os padrões de consumo e os processos e relações trabalhistas também sofrem alterações.

populacional e de serviços. Embora o modelo produtivo permita mais liquidez pelo território, as atividades de gestão e administração ainda concentram-se em parte do Estado brasileiro, destacando a metrópole São Paulo. É válido ressaltar, também, que a dispersão das atividades acontece de maneira seletiva pelo interior do Brasil, como estudo divulgado por Diniz (1993). O processo que se percebe no meio urbano brasileiro pode ser caracterizado, ainda, pelo padrão de desconcentração, como explica Gottdiener, “[...] desconcentração se refere ao aumento absoluto de população e à densidade de atividades sociais em áreas fora das tradicionais regiões citadinas e dos centros populacionais.” (1993, p. 19)

A partir da organização territorial seguindo um vetor de produção, as cidades se inter-relacionam e ocupam espaços significativos na rede urbana brasileira. As novas formas urbanas, consideradas a partir de então como cidades médias, passam a desempenhar muitas funções antes restritas as metrópoles, sobretudo, no que diz respeito a oferta de bens e serviços para seu espaço imediato. Por isso, a necessidade e importância de se pensar estes núcleos urbanos enquanto dinamizadores de determinadas regiões, visto que ao assumir a produção e coordenação do território, eles estabelecem relações com espaços contíguos ou não, muitas vezes condicionando-os, perpetuando as relações de subordinação e especificação territorial, embora em intensidades e escalas distintas.

Porém, Villaça (2001) assinala sobre a importância de não limitar a urbanização apenas pela distribuição das atividades econômicas, pelas mudanças no modo de vida ou apenas pela leitura do aumento populacional. A compreensão da urbanização, de acordo com Schvarsberg (1986, p. 45 *apud* FRANÇA, 2007, p.36), demanda as considerações das “transformações sócio-econômicas e espaciais como um todo”.

Neste sentido, a urbanização que toma o interior do Brasil é caracterizada por Milton Santos como “Involução Metropolitana” (1993), processo no qual a rede urbana brasileira se reestrutura de maneira mais complexa, uma vez que cidades pequenas e médias crescem em número e em dimensão. A ascensão das cidades médias demanda a compreensão das dinâmicas econômicas e espaciais que as colocam em contato e em papel de destaque com as cidades menores de seu entorno e com o seu meio rural, além das relações delas com cidades de mesmo porte e, em alguns casos, com cidades maiores, abrangendo um raio maior do que o apenas o de seu espaço imediato.

Em sua maioria, por serem frutos de processos de desconcentração, as relações delas com as grandes metrópoles ligadas diretamente ao capital internacional; aumentou também as

relações com as cidades de importância e tamanhos semelhantes, além de dinamizar as cidades menores de seu entorno e sua hinterlândia, uma vez que a modernização da produção chegou também ao campo, o que condicionou “movimentos migratórios do campo para as cidades e das cidades pequenas para as médias e grandes” (SPOSITO, 2007, p.237).

Deve-se destacar que, nas últimas décadas, aumentou consideravelmente o número de publicações acerca de centros não metropolitanos, revelando a diversidade e complexidade da temática que engloba as cidades médias. Neste trabalho, cada cidade média é fruto de um contexto regional e socioespacial específico, bem como apresenta funcionalidades diferenciadas na rede urbana a qual ocupa e papéis regionais distintos. Portanto, a categoria média aqui utilizada vai para além dos portes demográficos para a caracterização dos núcleos urbanos, levando em consideração os papéis e funções que elas desempenham. A pesquisa não desvale dos dados quantitativos e demográficos, apenas toma-os como ponto de partida para uma análise mais profunda e qualitativa da noção de cidade média, assim sendo, levanta-se a necessidade da articulação do par analítico: dimensão quantitativa e dimensão qualitativa.

2.1.1) DIVERSIDADE NOS ESTUDOS DAS CIDADES MÉDIAS.

Teorias e modelos sobre planejamento e classificação urbana são criados para tentar categorizar as cidades, generalizando-as e colocando-las em nível de similaridade. Entretanto, dada a heterogeneidade territorial de um país continental, além, por certo, de diferentes processos de formação⁵, cada cidade apresenta especificidades distintas.

O território brasileiro é muito extenso e as cidades muito diferentes entre si. Há uma preocupação de grupos de estudos e também do Governo Federal para categorizar as cidades, por conseguinte, facilitar a governança das diferentes cidades através de políticas territoriais. Como explicitado por Bitoun e Miranda (2009, p. 20, *grifo nosso*):

Alguns ministérios estão especialmente engajados na concepção e implantação de políticas territoriais. O principal deles é o Ministério da Integração Nacional, herdeiro das políticas territoriais anteriores aos anos oitenta, e que procurou inovar por meio da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), cuja concepção foi elaborada em 2003 e 2005 (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2009); reuniu também um número respeitável de estudiosos para iniciar a elaboração, em 2003, do Plano Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT) (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2005). Destaca-se também o Ministério das Cidades, criado em 2003, que procura elaborar uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Em 2005, coordenamos uma pequena equipe do Observatório Pernambuco de Políticas Públicas para fornecer a esse ministério e ao Conselho das

⁵ Decorrentes, por exemplo, de diferentes ciclos econômicos.

Cidades um *estudo técnico que visava identificar uma tipologia das cidades brasileiras*, de modo a permitir que ambos os ministérios dialogassem acerca das suas respectivas políticas territoriais (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2008).

Como acima exposto, a necessidade de se estudar os centros urbanos é anseio também dos Governos, sobretudo no que se refere ao Ministério das Cidades particularmente, para subsidiar a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano que, na pesquisa citada por Bitoun e Miranda (2009), contou com o apoio do grupo Observatório das Metrópoles (INCT)⁶ que lideravam os estudos sobre a questão metropolitana no Brasil. Entretanto e complementar a isto, o Observatório de Pernambuco, em especial o pesquisador Jan Bitoun, abriu os olhos para o outro cenário urbano brasileiro diferente das grandes concentrações, cenário este muito heterogêneo e *habitat* de grande parte da população brasileira. Segundo o autor,

Aparecia muito claramente a necessidade de bem considerar a heterogeneidade do quadro urbano brasileiro para se formular a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, que nos anos setenta havia sido formulada a partir das questões das grandes aglomerações. Para construir uma tipologia, o método consistia então em identificar a heterogeneidade do urbano e em tentar compor os agrupamentos que fossem pertinentes para fins de diretrizes políticas. (BITOUN; MIRANDA, 2009, p. 25)

Para auxiliar a classificação das cidades brasileiras proposta por Bitoun e os demais intelectuais que coadjuvaram com o Ministério das Cidades, delegou-se quatro dimensões analíticas que ilustram a heterogeneidade urbana do país: tamanho populacional, tamanho funcional, características inerentes à posição geográfica da cidade e características socioeconômicas da cidade (BITOUN; MIRANDA, 2009). No findar do trabalho chegou-se a 19 tipos de cidades que agregam desde os grandes centros urbanos até os pequenos centros rurais, que legalmente são considerados cidades. Para muitos foi excessivo o número de “tipos de cidades”, contudo, “será então realmente excessivo o número de tipos considerando-se a heterogeneidade do universo?” (BITOUN; MIRANDA, 2009, p.34). Gottdiener (1993) já levantava críticas às extensas taxonomias e o quão falhas elas são para apreenderem a complexidade das mudanças e relações urbanas:

Parecem intermináveis as listas de termos e os supostos contrastes entre elas, embora tais taxonomias sejam insuficientes para se entenderem as atuais mudanças espaciais e a vida vivida em regiões espalhadas, pelo fato de a conveniência dos termos e das teorias ter diminuído nos últimos anos. (GOTTDIENER, 1993, p. 15)

⁶ Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia.

No que tange os modelos já propostos sobre cidades médias, vale, mais uma vez citar, as contribuições de Amorim Filho. O autor propôs três classificações para as cidades médias de Minas Gerais: publicadas em, respectivamente, 1982, 1999 e 2007. A metodologia foi pouco alterada durante as três publicações e as cidades foram divididas em grupos: Grandes Centros Regionais, Cidades Médias de Nível Superior, Cidades Médias propriamente ditas e Centros Urbanos Emergentes. Nas classificações do autor mineiro Ponte Nova se enquadra como cidade média propriamente dita em todos os períodos.

O estudo divulgado na década de 1980 certificou que as cidades médias não são um nível ou grupo homogêneo e apresentam papéis bastante diferentes entre si nas redes. Por sua vez, a publicação de 1999 foi marcada pela incorporação de segmentos da análise da qualidade de vida, conforto e bem-estar social, isto é, as cidades médias em certo momento foram vistas como fuga ao caos das grandes metrópoles. Já na última classificação divulgada por Amorim Filho, nos anos 2000, incorporou-se índices de tecnologia e eixos de desenvolvimento, isto é, o quão atrativa uma cidade é para ser considerada uma tecnópolis, centro atrativo para os fluxos de tecnologia e inteligência, como o espaço para abrigar uma universidade.

Ainda para ilustrar as diferentes tentativas de tipologias, o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – também faz estudos sobre a rede urbana brasileira e sistematiza seus resultados através de REGIC's – Região de Influência das Cidades. Três REGIC's já foram publicadas, 1987, 2000 e 2008, sendo a de 2008, como explicado pelo IBGE:

[...] buscou-se definir a hierarquia dos centros urbanos e delimitar as regiões de influência a eles associadas a partir dos aspectos de gestão federal e empresarial e da dotação de equipamentos e serviços, de modo a identificar os pontos do território a partir dos quais são emitidas decisões e é exercido o comando em uma rede de cidades. Para tal, foram utilizados dados de pesquisa específica e, secundariamente, dados de outros levantamentos também efetuados pelo IBGE, bem como registros provenientes de órgãos públicos e de empresas privadas. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtml>>)

O trecho acima transcrito revela a preocupação com a gestão empresarial dos territórios o que acirra ainda mais a competição entre as cidades, como já exposto, e o aumento da especialidade de cada uma. O capital empresarial, privado e hegemônico não chega da mesma maneira em todas as cidades, o que acarreta em uma diferenciação de áreas e à posteriori, em uma subordinação de territórios.

Na análise das REGIC's é possível ver a hinterlândia e a área de polarização de cada cidade, levando assim a hipóteses prévias sobre a importância de uma cidade para sua região e rede urbana próxima.

Como essas tentativas de classificação consideram as cidades nas redes urbanas, esta pode ser definida, como proposto por Corrêa, pelo conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si, onde há produção, circulação e consumo de forma efetiva.

Um dos primeiros a tecer um modelo urbano sobre a centralidade de determinados locais foi o alemão Christaller, em 1933, cuja obra foi traduzida para o inglês em 1966. O autor se atentou para as distribuições das cidades e o porquê de algumas se destacarem mais que as outras, preocupando-se com situação/posição geográfica e teorias locacionais, fazendo com que ele levantasse pressupostos acerca da existência de uma rígida hierarquia urbana ao sul da Alemanha, tal hierarquia

[...] caracteriza-se pela existência de níveis estratificados de localidades centrais, nos quais os centros de um mesmo nível hierárquico oferecem um conjunto semelhante de bens e serviços e atuam sobre áreas semelhantes no que diz respeito à dimensão territorial e ao volume de população (CHRISTALLER, 1933 *apud* CORRÊA, 1988, p.61).

Os estudos Christallerianos e, em grande medida, os estudos sobre a rede urbana partem da noção de hierarquia na tentativa de classificar os centros: metrópole regional, capital regional, centro de zona e centro local. As tipologias acima citadas também tendem a seguir esta natureza hierárquica de classificação. Segundo Corrêa (2006, p.22):

Os estudos sobre hierarquia urbana colocaram em evidência, simultaneamente, uma série de regularidades empíricas e de características diferenciadoras das redes urbanas. A existência de uma hierarquia urbana em qualquer organização socioespacial estruturada por mecanismos de mercado é a principal regularidade verificada. Mas as diversas formas que essa hierarquia assume constituem a mais importante característica diferenciadora encontrada.

Entretanto, a lógica do capital e da reestruturação das cidades não é linear, isto é, a emergência de determinados núcleos torna a rede urbana mais complexa, transfigurando as hierarquizações em anacrônicas, embora ainda haja graus de subordinação. No que se refere a natureza das cidades médias, principalmente, as hierarquizações são em grande medida dispensáveis, uma vez que ao se considerar as funções e papéis destas cidades há certa necessidade de considerar as articulações escalares e interações local-regional, local-nacional e local-global. Como visto por Catelan,

as horizontalidades e verticalidades encontram-se nessas cidades, fazendo com que suas funções e papéis sejam reconhecidos, tanto na consolidação de uma rede regional como pela interação com as lógicas

da escala nacional e, principalmente, a global. (CATELAN, 2013, p. 18)

Para tentar complementar/flexibilizar a ideia de hierarquias e agregar mais valor às funções das cidades médias, Catelan lança, em sua tese de doutoramento (2009-2012), o termo *heterarquia urbana* para demonstrar o diferente e o diverso que nem sempre é linear, isto é, é uma tentativa analítica de incorporar múltiplas escalas. Destarte, mais um par analítico é lançado: o binômio heterarquia-hierarquia.

De princípio, podemos dizer que a heterarquia urbana representa o que é de fato, quais são suas propriedades, como elas se articulam e quais seus atributos que são, dentre outros conteúdos, o espaço, as escalas geográficas, os agentes econômicos e o capital. Iniciamos nosso debate com a proposição de que as cidades médias são caracterizadas na rede urbana, no momento atual, pelo par hierarquia-heterarquia, tendo em vista que as interações espaciais interescares ampliam sua onipresença regional, quanto maior sua interação com outras escalas. (CATELAN, 2013, p. 38)

Outros autores atentaram-se ao perigo da utilização de tipologias e hierarquias muito rígidas, levantando categorias analíticas que coadjuvem para a compreensão e caracterização das cidades médias. A noção de limiar será aqui acionada como recurso analítico nos moldes propostos por Batella (2013) para a caracterização de Ponte Nova como uma cidade média. A condição de limiar que Ponte Nova desempenha diz respeito a existência de práticas de cidades menores com marcas de ruralidade ao mesmo passo que a cidade disponibiliza serviços complexos de espaços mais complexos e dinâmicos (BARROS; BATELLA, 2016), isto é, “na encruzilhada das verticalidades e das horizontalidades” (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 281).

A noção de limiar atribui, ainda, certo movimento para a análise, pois age não como uma fronteira e sim como uma ponte que une características de realidades diferentes, como no presente caso, a condição de limiar inferior assumida por Ponte Nova, situando-se na faixa de trânsito entre duas realidades opostas, mas empiricamente complementares. O debate de limiar pertence, ainda, a dimensões espaciais e temporais, como sugerido por Gangnebin (2010, p. 15), “como sua extensão espacial, sua duração temporal é flexível, ela depende tanto do tamanho do limiar quanto da rapidez ou da lentidão”. A existência de tempos diversos dentro de um mesmo recorte espacial é característica da cidade pontenovense, porque a pacatez das cidades interioranas coexiste com o ritmo acelerado das atividades mais complexas, por exemplo, os horários estendidos dos centros comerciais que em muito abrigam o capital hegemônico global travestido no sistema de franquias.

Sintetizando, os limiares refletem a própria complexidade da urbanização brasileira, além de ser uma alternativa às hierarquizações intrínsecas aos estudos da rede urbana, como revisto por este texto. Concordando com Batella (2013, p. 56), o limiar enquanto recurso analítico “supera a dimensão taxonômica e permite captar os híbridos, as mudanças e as mutações. Sua essência está nas tensões produzidas pelas articulações de escalas temporais e espaciais imprescindíveis para a compreensão das cidades médias contemporâneas.”

Ponte Nova aloca-se no circuito da globalização, principalmente, por causa das grandes marcas existentes em seu setor terciário, seguindo a tendência de grande parte das cidades médias brasileiras que não são cidades globais, mas estão em processo de globalização (SPOSITO, 2009), porém, ainda percebe-se proeminência de seus papéis regionais e de relações horizontais. As funções comerciais e o setor de serviços são grandes responsáveis de centralidade na rede urbana brasileira e é um dos cerne da centralidade pontenovense para o seu espaço interurbano. Desde tempos pretéritos a relação comércio e formas urbanas é íntima, como será abordado adiante.

2.2) RELAÇÃO CIDADE E COMÉRCIO E AS FORMAS ESPACIAIS AO LONGO DO TEMPO.

Acionar o tempo histórico para compreensão de um dado fenômeno na atualidade é importante para que a partir da descrição e análise regressiva da realidade se alcance um terceiro momento quando se “regressa ao atual precedentemente descrito, para reencontrar o presente, mas elucidado e compreendido: explicado”, conforme sugere Lefebvre em seu método histórico-genético (LEFEBVRE, 1978, p. 71).

Analisar as formas, em especial as formas comerciais, ao longo do tempo relaciona-se diretamente a compreensão das trocas econômicas que deram sentido as sociedades, uma vez que “para existir no tempo, uma forma precisa, necessariamente, resistir, ter sentido, se transformar ao mesmo tempo em que cria raízes” (PINTAUDI, 2006, p.83). A história do comércio está intrinsecamente ligada a existência das cidades.

De acordo com Barata Salgueiro (1996) o comércio é a fase intermediária entre a produção e o consumo, sendo, portanto, a sua principal função disponibilizar mercadorias aos consumidores e, embora seja uma atividade bastante antiga, nem sempre teve o destaque que tem contemporaneamente.

A origem da atividade comercial e das primeiras cidades ocorrem concomitantemente, uma vez que a partir da Revolução Agrícola da Antiguidade, o homem alcança maior produtividade agrícola, as comunidades não precisaram mais praticar o nomadismo e passaram a gerar um excedente de produção que pode ser, à priori, trocado e, logo após, comercializado. Muitos homens, neste momento, deixaram de se dedicar exclusivamente à atividade agrícola para trabalharem em outras funções, surgindo uma divisão social do trabalho que ajudou na origem e dinâmica das cidades (SOUZA, 2009).

Ao passo que as cidades vão se organizando socialmente e politicamente, as pessoas começam a organizar os espaços para exporem e venderem o seu excedente agrícola, sendo em um primeiro momento o valor de uso mais utilizado que o valor de troca. Surgem, então, os primeiros mercados que iam para além das trocas comerciais, testemunhando, conforme assinala Souza (2009, p. 31) “grande movimentação de pessoas e, portanto, de efervescência das relações sociais, já que era um local de encontro em que, além da troca de mercadorias, eram debatidas ideias, discutia-se política e ainda eram encontrados diversão e entretenimento”. Estas estruturas que possibilitavam o fluxo de mercadorias, ideias e pessoas começaram a se espalhar por todo o mundo e foram recebendo nomes diversos como bazar, fórum ou ágora, mas que apresentavam a característica comum da presença de lojas ou barracas de comércio.

O fim da antiguidade atestou o declínio das atividades comerciais e o desaparecimento de algumas cidades, visto que os feudos da Idade Medieval eram autossustentados em suas estruturas intramuros, além do regime de servidão dispensar a necessidade do dinheiro. O que demandou a volta do comércio e dos mercados foram as Cruzadas, como apontado por Huberman (1981, p. 318), uma vez que elas espalharam sacerdotes, trabalhadores, guerreiros e comerciantes por todo o continente europeu, intensificando a procura por mercadorias estrangeiras e convertendo a Europa novamente na principal rota comercial entre Oriente e Ocidente. O renascimento comercial reacendeu a importância das cidades, uma vez que elas eram lócus das principais trocas e relações econômicas.

Neste momento, surgem as feiras nas encruzilhadas das estradas e rotas comerciais, porém, por serem itinerantes conferiam grande perigo aos mercadores. Estes, então, optaram por fixarem-nas próximas aos burgos e nos redores das muralhas, propiciando o surgimento de inúmeras cidades e reiterando o “renascimento urbano” da Europa. De acordo com Sposito (1994, p. 32)

Este processo de retomada da urbanização, de renascimento das cidades, foi possível pela reativação do comércio enquanto atividade

econômica urbana. Ao se desenvolver, esse comércio foi criando as condições para a estruturação do modo de produção capitalista e, simultaneamente, a destruição dos pilares da economia feudal.

A reestruturação comercial e urbana foi fundamental para mudanças em todos os âmbitos da sociedade, sobretudo, o social, uma vez que surge uma nova classe: a burguesia. Esta classe torna-se dominante e hegemônica ao passo que a partir da comercialização agrícola começa a acumular capital. Neste cenário, a atividade comercial se transforma em uma importante forma de obtenção de riqueza, podendo até mesmo transformar a terra em mercadoria, o que foi determinante para o fim do feudalismo. A constituição desta classe social, ainda, foi importante para a reprodução do capitalismo, pois a produção já não era apenas para a satisfação das necessidades humanas e sim para a obtenção do lucro e da acumulação de capital, agora, a partir de atividades mercantis.

As cidades cresciam cada vez mais com a saída das pessoas dos feudos e falência do regime de servidão, além disto, neste momento surge uma importante estrutura comercial: a Praça de Mercado, que em muito se assemelha as estruturas descritas anteriormente (ágora, fórum, etc.), sendo sua principal função a manifestação da vida pública e das atividades comerciais. A Praça era uma importante ideia de centro social, sendo "protótipo desse elemento de sociabilização. E se for a praça a dar a cidade a sua dimensão urbana, será porque a praça não é apenas um espaço aberto mas pertence, de fato, ao tecido urbano" (VARGAS, 2001, p 137). A localização das Praças, assim como nos dias atuais, próximas é fruto de sua proximidade em relação às principais vias de circulação, aos principais fluxos de pessoas, e, ainda, às praças mais significativas e centrais (SOUZA, 2009).

A ascensão da burguesia e, por conseguinte, da acumulação de riquezas foi crucial para a consolidação da industrialização no século XVIII. A industrialização é uma atividade imbricada a urbanização, pois testemunha o grande salto demográfico nas cidades o que engendrou mudanças estruturais importantes no âmbito intraurbano, além de fazer surgir uma nova divisão social e territorial do trabalho.

De acordo com Souza (2009, p. 36) "a industrialização promoveu uma diversificação muito grande nas mercadorias existentes, com a criação de novos produtos para o atendimento de novas necessidades", isto implica a necessidade da ampliação do mercado consumidor, deixando de lado

a ideia de consumir apenas aquilo que é estritamente necessário e começa a ser criada uma sociedade de consumo, que adquire não apenas

o necessário, mas também os produtos que lhe satisfaçam desejos pessoais (SOUZA, 2009, p. 36).

A sociedade do consumo e a ideia vendida pelo capitalismo zela pelos anseios individuais, levando mudanças para além dos desejos dos indivíduos e suplantando a ideia dos mercados em espaços públicos pela primazia dos espaços privados, principalmente a partir da apropriação e especulação do solo urbano pelo capital imobiliário. As feiras e mercados localizados nas praças e nos espaços públicos começam a perder lugar para as galerias, grandes lojas, lojas de departamento e cadeia de lojas (SOUZA, 2009, p. 37).

O comércio, portanto, começa a aparecer como atividade econômica propriamente dita, repleta de estratégias e objetivos para alcançar o lucro, mormente, no que tange à localização das lojas e estabelecimentos comerciais. Além das estratégias locacionais, ascendem novas funções, como o *marketing*, a fim de seduzir o consumidor, orientando-o que “[...] consumir é mais do que uma necessidade de sobrevivência, é uma maneira de atender desejos pessoais, é uma possibilidade de inserção social” (SOUZA, 2009, p. 38).

Ademais, as mudanças na forma de comercialização e dos estabelecimentos comerciais tornam-se ainda mais evidentes no século XX quando a estrutura do espaço intraurbano começa a sofrer transformações, uma vez que a concentração das atividades nas áreas centrais tradicionais começa a se dispersar, atingindo áreas outras e fazendo emergir novas tipologias de morfologia urbana, por exemplo os subcentros. Centro, centralidade e subcentros são eixos teóricos tratados a seguir.

2.3) DA ÁREA CENTRAL ÀS NOVAS CENTRALIDADES URBANAS: estruturação e reestruturação das cidades.

2.3.1) A ÁREA CENTRAL NA CIDADE CONTEMPORÂNEA.

O ato de consumir, como acima exposto, tem ganhado na sociedade moderna grande destaque por ter saltado da real necessidade de alguma coisa ao *satus quo* que determinado produto e serviço pode garantir. O consumo urbano é a apropriação de bens e serviços por estes consumidores dentro do espaço urbano, logo, é uma atividade intrinsecamente ligada a uma extensão espacial. Isto é, ao fazer uma escolha por consumir escolhe-se também onde consumir, engendrando diferentes usos da terra e complexidade no espaço intraurbano.

Nos estudos urbanos reconhece-se a área central como principal *locus* de circulação de pessoas e maior densidade de oferta de bens e serviços, ofertando, por conseguinte, maior

número de empregos para a formação e posterior dinamização desta área central, como assinalado por Barreto (2010). Milton Santos (2002, p. 191) também confere ao consumo parte da dinamização espacial, segundo o autor: “a integração territorial é resultado dos processos de consumo, que também hierarquizam o espaço segundo as potencialidades de demanda e de oferta”.

Desde a gênese das cidades é possível observar a maior condensação destas atividades terciárias - que podem dinamizar todo o contexto urbano - em uma determinada parte da cidade comumente conhecida como área central. Tal área é facilmente identificada, porque além de concentrar a maior parte dos serviços, como já citado, recebe o maior fluxo de pessoas, mercadorias, veículos e ideias.

Villaça (2001) salienta que a cidade não nasce com um centro, as pessoas o criam à medida que o homem se aglomera para evitar desgastes laborais relacionados ao deslocamento espacial, por exemplo. Porém, o espaço não comporta todas as pessoas em um determinado local o que faz com que alguns tenham que se afastar – mesmo que à contra gosto - e deste conflito por localização surge o centro. Segundo o autor (2001, p. 239)

O centro surge então a partir da necessidade de afastamentos indesejados, mas obrigatórios. Ele, como todas as localizações da aglomeração, surge em função de uma disputa: a disputa pelo controle (não necessariamente minimização) do tempo e energia gastos com os deslocamentos humanos.

Além disso, o avanço técnico possibilitou dotar a área central de infraestrutura suficiente para atender as demandas imediatas da população. Isto é, o avanço dos meios de transporte e tecnologia fez com que atividades como indústrias, depósito e outros tipos de atividades migrassem para arredores da área central, fazendo com que apenas atividades que atingem todo o espaço urbano e, por conseguinte, geram lucro, aí se localizassem⁷. (CORREA, 2005).

Isto posto, o valor do solo urbano da área central aumentou significativamente, sobretudo, nas áreas onde se reconhecem o *Central Business District* (CBD). Admite-se que a distribuição dos serviços na área central não é homogênea, o CBD é por sua vez, portanto, a parte da área central para onde se dirigem os principais fluxos de mercado, ou seja, onde se condensam os principais pontos de comércio e serviço, sendo o emblema do capital na cidade. Concordando com Murphy e Vance Jr. (1954, p. 189),

A maior concentração de escritórios e lojas varejistas refletida no valor da terra mais elevado da cidade, e os mais altos edifícios. Aqui também

⁷ Como o caso da oferta de comércio varejista e demais serviços que abrangem toda a hinterlândia da cidade

é o foco principal do tráfego de automóveis e pedestres. Por meio da rede de transportes o restante da cidade e uma área longinquamente situada, além dos limites da cidade, estão orientadas em direção ao CBD.

Embora o presente trabalho não vá entrar no mérito do CBD é importante trazê-lo à tona, pois comprova que desde décadas remotas estudiosos do meio urbano já se preocupavam com a delimitação da área em que recebe o maior fluxo de mercadorias e pessoas. E, por conseguinte, em esclarecer os processos de valorização e especulação fundiária que o criou.

Além disso, os estudos sobre o CBD perpassam pelos modelos de estruturação do espaço urbano, sendo o movimento mais emblemático a Escola de Chicago, que também discutia noções de centro e centralidade, como visto em Burgess (1923); Hommer Hoyt (1939) e Harris e Ullman (1945). Todas estas teorias citadas consideram a cidade monocêntrica, com um único centro fixo e polarizador de tudo e todos, não contemplando, desta maneira, a complexificação do espaço urbano contemporâneo que passa a se dispersar a partir do advento do automóvel e aprimoramento das técnicas, engendrando novas formas na morfologia urbana, como será abordado adiante.

A cidade brasileira respondia pela estrutura monocêntrica até meados do século XX quando a complexificação de seu espaço intraurbano engendrou a ampliação das áreas centrais. Esta complexificação alinha-se a também mudanças de ordem interurbana, urgindo a necessidade da articulação destas escalas.

Sposito (2001, p. 327) elencou a ascensão e novos papéis das cidades médias na divisão territorial do trabalho, a dinâmica econômica e demográfica, a descontinuidade dos tecidos urbanos, o avanço das infraestruturas e surgimento de novos transportes, as diferenças significativas nos preços imobiliários e fundiários e aumento da conciliação público-privado.

Estes fatores externos impulsionam mudanças no espaço, principalmente no que tange as relações de consumo, uma vez que engendram a necessidade de novas formas espaciais de comércio e serviços devido a crescente “concentração econômica de alguns ramos comerciais, o que se acentuou nos anos de 1990, com o crescimento da presença de capitais internacionais no ramo de auto-serviço” (SPOSITO, 2001, p.237). Este excerto significa para além da criação de novos equipamentos, como lojas de departamento e *shoppings centers*, que atendem as demandas do capital global e de um consumo mais especializado, mas a expansão e espraiamento da própria área central.

O centro tradicionalmente consolidado é cristalizado em diversos tempos, refletindo diferentes usos e momentos (WHITACKER, 2017), o que o leva a ser repleto de significância social. Beujeau-Garnier (1972) concorda que o centro da cidade possui um significado, ao mesmo tempo, espacial, histórico, funcional e sociológico.

Apesar de todo o significado e importância da área central, as benéficas e meandros da globalização e do capital internacional chegam ao âmbito urbano, propiciando sob a mesma égide a dispersão de algumas atividades e a maior fragmentação e posterior desigualdade do tecido urbano, porque “um dos principais fatores de alocação e realocação de atividades e pessoas na cidade é o preço que se paga para morar e se localizar (...)” (WHITACKER, 2017, p. 162). Além deste fator, o avanço das técnicas e dos meios de transporte permitiu a expansão da cidade, ao mesmo passo que o aumento das distâncias e consequente expansão das cidades demandou o aparecimento de novas centralidades no espaço urbano, eixo que será discutido a seguir.

2.3.2) DESCENTRALIZAÇÃO URBANA E NOVAS CENTRALIDADES: o processo de reestruturação em perspectiva.

Inúmeras dinâmicas desencadeiam os processos de reestruturação urbana e ascensão de novas centralidades. A compreensão do próprio conceito de centralidade demanda a análise destes processos que se multiplicam pelo meio intraurbano a partir da dupla: descentralização e (re)centralização que “irá acarretar transformações na estrutura urbana, que levarão à reestruturação urbana” (SOUZA, 2009, p. 49).

Sposito (1991) atribui às diferenças nos valores do solo urbano as predisposições locais de determinadas atividades e usos. A estrutura urbana-mosaico resultado destas diferenças se reflete na alocação/realocação de atividades econômicas e funções, como as residenciais, nas cidades.

Até meados do século XX, como já citado, em especial os estudiosos da Escola de Chicago, consideravam a cidade enquanto um organismo monocêntrico e até certo ponto estático em que a estrutura urbana “era resultante da composição de usos que se atraíam e se repeliam” (SOUZA, 2009, p. 49). Porém, estas premissas tornaram-se anacrônicas, por causa da dinamicidade da morfologia da cidade e do arranjo urbano.

Concordando com Whitacker (2003, p. 123) “a relação entre forma e função se dá mais pelo movimento e pela mudança do que pelos usos do solo. São os fluxos, primordialmente, que explicam a relação entre forma e função.

Milton Santos (1985) atribui alguns conceitos a dinamicidade do espaço geográfico e, por sua vez, aqui incorporados à análise do espaço urbano. Segundo o autor “forma, função, estrutura e processo” são categorias que se analisadas em dialética ajudam a elucidar a construção processual do espaço que contém uma estrutura repleta de formas e funções que mudam de acordo com o tempo histórico em consonância a cada sociedade.

O termo reestruturação, portanto, é retomado enquanto recurso analítico para a atual compreensão da realidade urbana, nada obstante, sem esvaziar a importância dos escritos pretéritos sobre a estruturação. Sposito (2004, p. 312) considera reestruturação da cidade enquanto o profundo conjunto de mudanças, em curto ou longo prazo, que direcionam a estruturação intraurbana. A autora elenca a diferença entre reestruturação urbana e das cidades, salientando que o primeiro adjetivo se refere às transformações regionais e de redes urbanas, enquanto o segundo trata da escala intraurbana. No presente trabalho considera-se em maior parte a reestruturação das cidades por se considerar, majoritariamente, os processos de descentralização na morfologia urbana, tratando, portanto, de uma escala menos abrangente, porém, considerando a articulação entre o par intra e interurbano, como já salientado.

Em suma, a reestruturação das cidades é o conjunto de mudanças no âmbito intraurbano que a partir de processos como descentralização e (re)centralização ascendem novas centralidades e formas centrais na morfologia urbana, como abordado adiante. De antemão, é preciso delimitar o que se considera centralidade. Desde Walter Christaller (1933) e sua Teoria das Localidades Centrais é considerada centralidade aquela área mais dotada de infraestrutura que polariza e faz com que a população recorra a ela para atender as suas demandas. Apesar dessa teoria ter sua principal aplicabilidade para a escala interurbana em que o alemão demonstrava os polos de uma região, é possível fazer analogias ao espaço da cidade. A cidade por si só já é uma centralidade, como colocado por Lefebvre (1999, p. 111)

A cidade atrai para si tudo o que nasce, da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações. O que ela cria? Nada. Ela centraliza as criações. E, no entanto, ela cria tudo. Nada existe sem troca, sem aproximação, sem proximidade, isto é, sem relações.

Na escala intraurbana a análise da centralidade é dada, sobretudo, pelas “relações horizontais, de cooperação capitalista no plano interno da cidade” (SOUZA, 2009, p. 51). A

centralidade, destarte, coadjuva para as alterações na estrutura urbana, projetando a concentração, dispersão e a própria multiplicação das centralidades. Lefebvre continua

Esse espaço urbano é contradição concreta. O estudo de sua lógica e de suas propriedades formais conduz à análise dialética de suas contradições. O centro urbano é preenchido até a saturação; ele apodrece ou explode. Às vezes, invertendo seu sentido, ele organiza em torno de si o vazio, a raridade. Com mais frequência, ele supõe e propõe a concentração de tudo o que existe no mundo, na natureza, no cosmos: frutos da terra, produtos da indústria, obras humanas, objetos e instrumentos, atos e situações, signos e símbolos. Em que ponto? Qualquer ponto pode tornar-se o foco, a convergência, o lugar privilegiado. De sorte que todo o espaço urbano carrega em si esses possível-impossível, sua própria negação. De sorte, que todo o espaço urbano foi, é, e será concentrado e poli(multi)cêntrico. A forma do espaço urbano evoca e provoca essa concentração e dispersão (1999, p. 46).

De acordo com Lefebvre, então, a centralidade não é algo estático, ela é construída no espaço urbano desde que haja as devidas condições, isto é, deriva da concentração de atividades e serviços que atendem as demandas do consumidor e da hinterlândia da cidade como um todo. Além da localização dos fixos, é importante olhar para os fluxos que corroboram para a dinamicidade da área; a articulação entre os fixos e fluxos conferirão relações imateriais ao espaço urbano. Ao mesmo passo que a cidade não é estática, as centralidades podem mudar nas mais variadas épocas “na medida em que os fluxos passam a interligar outros fixos”, sintetiza Souza (2009, p. 51).

Chega um momento, no entanto, em que a concentração atinge seu ápice, enfraquecendo-se e se rompendo-se logo em seguida, fazendo com que a cidade se reinvente e faça emergir uma possível nova centralidade. Esta espécie de “ciclo vital” acaba, por sua vez, por reproduzir novos tecidos urbanos com características mais ou menos semelhantes as de sua origem: “[...] produzido pelo urbano, produz, por sua vez, o urbano. A criação se interrompe, mas por sua vez, para criar” (LEFEBVRE, 1999, p. 112).

Como já dissertado, o centro desde a gênese da cidade é a principal área de concentração de atividades de comércio e prestação serviço, porém, com as demandas do sistema capitalista de dinamicidade, o centro sofre reestruturações, tornando-se saturado e expulsando determinadas funções para áreas outras. Por outro lado, passa a concentrar, no atual contexto, atividades de gestão e escritórios especializados à proporção que o comércio varejista e os serviços se dispersam pelo restante da cidade (CORREA, 1989).

A criação de uma nova centralidade não implica a anulação das dinâmicas concentradas no centro principal, este também se ressignifica a partir das reações externas das novas formas de centralidade. Portanto, as novas formas que surgem a partir da reestruturação da cidade são concomitantes as novas funções do centro que “reage para internalizar as externalidades da nova expressão de centralidade e suprir as novas demandas de mercado (...)” (OLIVEIRA JÚNIOR, 2011, p. 69).

Vale sublinhar que alguns fatores são responsáveis por expulsar essas atividades, por exemplo, o aumento do valor da terra, dos impostos e aluguéis, grande tráfego de transportes e altos custos na comunicação, falta de espaço para expansão e concorrências desleais. Além disso, a dispersão pela cidade não é arbitrária, a descentralização ocorre seguindo alguns fatores, como

- a) terras não ocupadas, a baixo preço e impostos
- b) infraestrutura implantada
- c) facilidade de transportes
- d) qualidades atrativas do sítio, como topografia e drenagem
- e) amenidades físicas e sociais
- f) “threshold” ou mercado mínimo capaz de suportar a localização de uma atividade descentralizada. (CORREA, 2005, p. 126)

Concordando com Souza (2009, p. 61), a análise da descentralização depende da análise de novas estruturas comerciais fora da área central, isto não implica, necessariamente, na constituição de um novo centro⁸. As novas centralidades que surgem na cidade tornam-se atrativas para algumas atividades, sendo manifestadas nas mais diferentes formas, sendo abordados aqui, principalmente os subcentros. Em síntese, as centralidades no espaço interurbano são redefinidas em função de quatro dinâmicas principais:

- 1 – As novas localizações dos equipamentos comerciais e de serviços concentrados e de grande porte determinam mudanças de impacto no papel e na estrutura do centro principal ou tradicional, o que provoca uma redefinição de centro, de periferia e da relação centro-periferia;
- 2 – A rapidez das transformações econômicas que se expressam, inclusive, através das formas flexíveis de produção impõem mudanças na estruturação interna das cidades e na relação entre as cidades de uma rede;
- 3 – A redefinição da centralidade urbana não é um processo novo, mas ganha novas dimensões, considerando-se o impacto das transformações

⁸ Embora centro e centralidade sejam conceitos próximos, eles são dotados de significâncias distintas, como visto acima.

atuais e a sua ocorrência não apenas nas metrópoles e cidades grandes, mas também em cidades de porte médio;

4 – A difusão do uso do automóvel e o aumento da importância do lazer e do tempo destinado ao consumo redefinem o cotidiano das pessoas e a lógica da localização e do uso dos equipamentos comerciais e de serviços. (SPOSITO, 1998, p. 28)

Uma das mais corriqueiras formas da descentralização das atividades e da superação da estrutura monocêntrica por parte das cidades são os subcentros, eixos explorados adiante.

2.3.2.1) SUBCENTROS.

A formação dos subcentros está intrinsecamente relacionada ao centro principal propriamente dito, pois parte-se da premissa que foi a partir da expansão deste que surgiram estas novas formas espaciais. Porém, concordando com Villaça (2001), apesar do subcentro ser uma aglomeração diversificada e equilibrada de comércio e serviços e abrir concorrência ao centro, ambos não se igualam. O subcentro é, portanto, “ [...] réplica, em tamanho menor, do centro principal” (VILLAÇA, 2001, p.293), agindo como complementaridade de atividades, porque o cidadão/consumidor pode recorrer a ele antes de ir ao centro propriamente dito, logo,

Atende aos mesmos requisitos de otimização de acesso apresentados anteriormente para o centro principal. A diferença é que o subcentro apresenta tais requisitos apenas para uma parte da cidade, e o centro principal cumpre-os para toda a cidade (VILLAÇA, 2001, p. 293).

Os centros de bairro atingem a categoria de subcentro quando começam a apresentar “[...] estabelecimentos de comércio e serviços, então só ocorrentes no centro principal, em quantidade, porte e variedade significativos [...]” (VILLAÇA, 2001, p. 294).

De acordo com Corrêa (1995) o subcentro é uma miniatura do núcleo central, apresentando-se com um setor terciário diverso, sendo várias de suas lojas filiais de empresas que se localizam na área central. Além disso, é um importante locus das linhas do transporte intraurbano, comprovando a sua importância para além dos fixos. Duarte (1974) elenca alguns itens que devem ocorrer em um local para que ele seja enquadrado como um subcentro, uma vez que esta área apresenta uma multiplicidade de seus papéis funcionais: atividade comercial diversa e especializada; serviços financeiros; serviços profissionais superiores; serviços culturais e recreativos e serviços de transporte e comunicação que confirmam acessibilidade à área. Em síntese, Duarte (p. 74) considera os subcentros ou centros funcionais como

um conjunto de funções integradas que permitam a realização de certos tipos de negócios sem grandes deslocamentos, não obstante a subordinação dos mesmos ao grande centro de negócios. A organização

do comércio é, sem dúvida, o elemento capital na definição de um centro funcional ao lado do qual progride uma atividade financeira, assim como estimula a implantação de serviços. Pressupõem-se, desse modo, níveis de atividades que vão servir de base à noção preliminar de centro funcional, assim como para sua hierarquia, uma vez que a importância hierárquica dos centros funcionais pode ser definida pelo seu equipamento funcional. Em verdade nem todos apresentam o mesmo grau de suficiência em suas funções. Considera-se como centro funcional todo núcleo que, dispondo de uma atividade comercial importante e de um setor de serviços desenvolvido, seja capaz de atender não apenas às necessidades locais senão também servir à população residente na área circunvizinha.

Como já citado, o surgimento dos subcentros relaciona-se ao espriar do centro principal, quando este não suporta mais receber todos os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviço da cidade que também se expandiu territorialmente, aumentando a distância entre a população e a oferta dos serviços no centro. Isto posto, observa-se que os subcentros alocam-se, em um primeiro momento, em áreas de alta densidade habitacional e de uma boa infraestrutura do sistema de transportes. Além disso, a renda da população é um fator importante, pois para os novos serviços se espalharem ele precisa de um mercado mínimo que os sustentem.

Com isso em mente, considerou-se, neste trabalho, trazer a problemática dos eixos comerciais, pois estes aparecem também como novas centralidades e aparecem ao encontro da pesquisa no que concerne a indissociabilidade entre comércio e cidade. Para Duarte (1974, p. 86), os eixos comerciais são

ruas ou avenidas que, por constituírem importantes vias de acesso aos principais bairros, a circulação nelas concentrada provoca intenso movimento diário de pessoas que se deslocam de um ponto a outro da cidade, atraindo para si lojas comerciais importantes.

Estes eixos surgem, principalmente, a partir da fuga do centro de algumas atividades e realocação destas em vias de grande circulação de veículos e pessoas. Sposito (1991) considera que estas centralidades são desdobramentos do centro principal e dos subcentros, pois não são contínuos a estas áreas e, caracterizam-se, em grande medida pela grande concentração de atividades especializadas que elas apresentam, selecionando o seu público alvo.

Apesar das inúmeras delimitações do conceito de subcentro, concorda-se com Villaça (2001) quando ele diz que este conceito é empírico. Isto é, deve-se considerar as características próprias de cada cidade para que sejam elencados possíveis subcentros, adequando o conceito. A tarefa torna-se ainda mais meandrosa quando não se trata de centros metropolitanos, visto que a literatura clássica sempre faz referência a consolidação dos subcentros nas grandes

idades. Considerar-se-á aqui as características próprias da cidade de Ponte Nova, caracterizada aqui como uma cidade média em condição de limiar inferior, bem como Souza (2009) apropriou-se do conceito para os estudos nos subcentros da cidade de Uberlândia – MG. O capítulo adiante fará um resgate histórico da cidade de Ponte Nova, da formação territorial, social e econômica, bem como a análise de todo o seu setor terciário para, à posteriori, caracterizar o subcentro do bairro Palmeiras.

3) PONTE NOVA: passado e presente.

*A forma de uma cidade muda mais rápido
que o coração de um mortal.
Baudelaire*

No capítulo que segue serão apresentados fatos da cidade pontenovense, desde a sua gênese para a compreensão da estruturação de seu espaço intraurbano e da ascensão do bairro Palmeiras enquanto centralidade. Optou-se por dividir em três partes, uma contemplando o seu passado e a atual caracterização da cidade, outra destinada a compreensão do espaço interurbano e delimitação de Ponte Nova enquanto uma cidade média e, por fim, a análise do espaço intraurbano da cidade, em especial acerca do centro principal. Vale salientar que apesar de separadas as análises do espaço inter e intraurbano da cidade neste texto, acredita-se que os dois agem como um par indissociável e a divisão aqui foi elencada para facilitar a compreensão do trabalho.

3.1) DOCE PASSADO.

Ponte Nova, município mineiro banhado pelo rio Piranga e componente da bacia do Rio Doce, apresenta a sua gênese intrínseca a estes fatos fisiográficos, visto que eram os cursos d'água que ligavam o município a antiga capital da província, Villa Rica, através de uma pinguela e, posteriormente, por uma ponte mais resistente, justificando uma das explicações para a sua toponímia. A construção desta ponte é datada de 1762, época a qual os índios botocudos, primeiros moradores da região, passaram a ser colonizados.

Através do regime de doação de sesmarias para homens ricos e considerados de prestígio (DEAN, 1996), começou a ocupação mais efetiva da área, sendo estes homens considerados os responsáveis pela fundação de Ponte Nova. Dentre eles os irmãos Miguel Antônio do Monte Medeiros, Sebastião do Monte Medeiros da Costa Camargo e Padre João do Monte Medeiros que fundaram três importantes fazendas no período: Fazenda Vauassú, Fazenda Vargem Alegre e Fazenda Córrego das Almas. Além disto, os irmãos doaram o terreno para a construção da primeira capela do município, área esta onde ainda hoje está a Igreja Matriz de São Sebastião, no atual centro da cidade (BRANT, 1993).

Em 1857 o município desmembrou-se de Mariana-MG, mas apenas em 1866 elevou-se da categoria de Vila para Cidade. O que tornou Ponte Nova reconhecida frente aos contextos externos foi a cultura de cana-de-açúcar que teve o seu *boom* registrado no século XIX, apesar

de já estar presente na área desde o XVIII, levando a cidade a se assumir enquanto maior centro açucareiro de Minas Gerais, conforme assinalado no *site* eletrônico da prefeitura municipal.

A produção da cana passou a ser imbuída de novas técnicas, disseminando a produção industrial, ainda que em pequenos engenhos, como forma de garantir uma maior variedade de produtos e alcançar certa estabilidade econômica (SILVEIRA, 2003). Em meados do século XIX, o alastramento desta cultura fez com que a maioria das fazendas tivessem o seu próprio engenho, movidos, em um primeiro momento, por tração animal, força d'água e, principalmente, alimentado pela mão de obra negra e escrava.

Sob influência do centro açucareiro próximo a Campos dos Goytacazes-RJ, inaugurou-se em Ponte Nova no ano de 1883 a primeira usina a vapor de beneficiamento da cana e produção do açúcar cristal do estado mineiro: a Usina Anna Florência (FIGURA 03). Este nome é em função da mãe dos médicos José Vieira Martins e Francisco Vieira Martins, irmãos responsáveis pela fundação da associação Vieira Martins & Cia que inaugurou a usina (CARVALHO, 1954). Vale salientar que, ainda hoje, avenidas e ruas importantes da cidade pontenovense recebem o nome destas pessoas e, a área da antiga usina, atualmente é um bairro que recebe o mesmo nome: Anna Florência.



FIGURA 03 – Usina Anna Florência.

FONTE – Marcelo Pinheiro, disponível em

<http://www.marcelopinheiro.com/site/certificados/premios/images/Pr%EAmio%20Usina%20Ana%20Flor%EAncia%20foto.jpg>

A criação da Usina Anna Florência impulsionou a criação de outros estabelecimentos açucareiros na cidade, como o Engenho Central do Piranga e a Usina Vau-Assú, ainda no século XIX (CARVALHO, 1954). De acordo com Brant (1996) a construção destas usinas movimentou o comércio local e absorveu toda a mão de obra da cidade e de localidades

vizinhas, porém, “nesse caso é difícil afirmar em que nível existia uma mão de obra local que não fosse a escrava, sobretudo porque até aquele período a escravidão ainda era legitimada no país” (VILLAR, 2010, p. 18).

Porém, com a crescente produção açucareira e o sucesso instaurado no município nos séculos XIX e início do XX começaram a aparecer alguns entraves, porém. A questão do transporte da produção começou a sobressair, uma vez que a única estrada que conectava Ponte Nova a Ouro Preto era muito precária e utilizada apenas em épocas de estiagem e, as relações com o Rio de Janeiro, eram dadas de trem até a cidade de São Geraldo e depois através de carroças.

A elite agrária que vinha se fortalecendo travou uma luta junto ao Governo para um prolongamento da linha férrea da Companhia E.F. Leopoldina que cruzaria de Ponte Nova a Itabira, facilitando o escoamento da produção e permitindo a ampliação dos mercados. Em 1886, então, foi inaugurada esta estrada de ferro, culminando em inúmeras mudanças para a paisagem de Ponte Nova, como visto por Villar (2009). A estação localizava-se próxima ao centro urbano, à margem esquerda do Rio Piranga, pensando, neste sentido, em atender os interesses da classe urbana já consolidada na cidade. De acordo com Brant (1993, p. 117), “o acontecimento teve significado marcante para a economia de toda a região. E a ‘maria fumaça’ trouxe rapidamente o progresso para Ponte Nova. O transporte já não era o grande empecilho para a expansão econômica do lugar”. Isto posto, a construção da estação contribuiu para a expansão urbana da cidade, inclusive, para outras áreas que não a do centro principal, como o caso do bairro Palmeiras.

Segundo Silveira (2003), a instalação das ferrovias no Brasil dava-se em áreas já economicamente consolidadas onde a ocupação e a produção agrícola poderiam pagar os fretes. Nesta direção, analisa-se a importância de Ponte Nova frente não apenas a sua região, mas para o contexto nacional, neste momento de desenvolvimento e expansão da economia açucareira.

Em meados do século XIX, como Villar (2010, p. 21) propõe, “o centro urbano já se desenhava suas ruas, consolidando a localidade como um povoado de referência”. A ferrovia que delineava a silhueta da modernidade no Brasil como um todo também foi responsável por impulsionar o modo capitalista de produção de Ponte Nova, estimulando os setores secundário e terciário e os investimentos na infraestrutura da cidade.

As obras de infraestrutura, em um primeiro momento, eram destinadas ao centro da cidade, onde a população se agregava, preferencialmente. A rua que dava acesso a Estação já

era calçada, bem como outras ruas da cidade também já contava com água canalizada. Todavia, existiam limites no interior das estruturas das cidades que se comportavam como entraves para o desenvolvimento do capital (MILLET, 1988). No caso pontenovense, esta limitação era mais de âmbito físico, visto que as ruas íngremes do centro principal dificultavam a expansão do povoado, o que levou a necessidade da expansão da área, considerada à época, urbana, fazendo com que fosse anexado a Fazenda Palmeiras para a criação de um novo bairro que, ainda hoje, é uma importante centralidade da cidade, como analisado mais à frente.

A ascensão de profissionais relacionados à vida urbana e o recolhimento dos impostos destes trabalhadores engendrou obras públicas no alvorecer do século XX, como a melhoria dos serviços de abastecimento de água, alargamento e calçamento das ruas, disponibilidade de serviços elétricos e de telefonia, entre outras construções, como o Fórum Municipal, ainda alocado no centro da cidade. Algumas destas reformas foram aclamadas e divulgadas pelos jornais da época

A Avenida Caetano Marinho, graças a transformação que recebeu e motivou-lhe esta nova e justa denominação ostenta actualmente um aspecto agradável e pitoresco: seus largos passeios cimentados, duas alas de bellas arvores correndo-lhes paralelamente e amenizando com suas folhagens o ar fronteiro aos prédios, seu leito abaulado e bordado por duas sargentas calçadas para as águas pluviais duas ordens de postes de ferro para fios metálicos de energia e luz elétricas e telephone, fixados no solo na mesma disposição as lindas árvores; vistosos edificios como o grupo escolar, o fórum, uzina distribuidora de electricidade com modernas e elegantes fachadas arquitetônicas, [...] prédios particulares, alguns construídos ou reformados com bonitas platibandas, mas todos pintados com decência [...] todo este conjunto de vistas variadas e outros pormenores não descriptos, quando as horas da noite vão chegando e a electrica luz se irradia do alto dos postes e das casas, banindo a escuridão de antigos tempos e convidando a nova geração para trilhar a grande via iluminada do progresso; tudo isto, contribue para tornar essa avenida o ponto principal para recreios e passeios nas horas serenas por quantos habitam esta terá e pelos vindantes. (Correio da Matta, N. 71, ano I, Ponte Nova 16 de maio de 1920 apud VILLAR, 2010, p. 27).

Além da criação dos fixos da infraestrutura, houve também modificações nos fluxos, uma vez que o transporte pela via férrea não era apenas de mercadorias, mas também de pessoas – consumidores e negociantes – que atraíam estabelecimentos comerciais para a área, engendrando o desenvolvimento local e a, conseguinte, expansão do setor terciário intrinsecamente relacionado à estruturação do espaço urbano, fazendo despontar além do centro principal a vocação econômica e comercial do bairro Palmeiras.

Para o melhor desenvolver dos fluxos também foram realizadas obras de novas pontes, sendo a mais emblemática a substituição da ponte velha por uma de cimento armado em 1922(BRANT, 1996). Esta construção foi muito importante para o desenvolvimento econômico da cidade, pois era principal ligação entre o centro e a Estação Leopoldina, facilitando a circulação de mercadorias e consumidores e agindo como possibilidade para investimentos externos.

Outro importante passo para a melhoria da circulação dos fluxos pontenovenses foi a abertura de estradas no governo de Cantídio Drumond que ligavam a cidade a outros núcleos produtores da região, “o estabelecimento dessa malha rodoviária tinha como objetivo facilitar o transporte da produção agrícola, que na ocasião representava quase 90% da renda do município”(BRANT, 1996, p. 99). O desenvolvimento da rede de transportes ferroviária e rodoviária e a criação e melhoria de infraestruturas, como pontes e alargamento de vias, relacionam-se as maiores possibilidades de fluidez e promulgação do sistema capitalista no espaço urbano. A dialética entre as infraestruturas fixas e a movimentação dos fluxos, bem como a indissociação destas escalas, pode ser vista por Brenner (1998, p. 461)

The contradiction between fixity and motion in the circulation of capital – between capital’s necessary dependence on territory or place and its space-annihilating tendencies – for the changing scalar organization of capitalism (...) capital necessarily depends upon relatively fixed and immobile territorial infrastructures, such as urban-regional agglomerations and territorial states, which are in turn always organized upon multiple, intertwined geographical scales⁹.

Além das estradas que realizavam as conexões interurbanas, os principais bairros e ruas da cidade no final da década de 1920 também começaram a se relacionar a partir dos serviços de ônibus. A inauguração de marcos da modernidade, como o Hotel Glória, também ilustrava os tempos áureos da cidade. Todo este conjunto de alterações no espaço urbano de Ponte Nova levou a cidade a ser um importante ponto de referência para a Zona da Mata de Minas Gerais.

Segundo a publicação do Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais, Ponte Nova em meados do século XX era tida como surpreendente, sendo seu contingente populacional na Zona da Mata superado apenas pelo município de Juiz de Fora (BARBOSA, 1971). Porém, com

⁹ “A contradição entre fixidez e movimento na circulação do capital - entre a necessária dependência do território ou o lugar e suas tendências de supressão do espaço - para a organização escalar do capitalismo (...) depende necessariamente de infraestruturas territoriais relativamente fixas e imobilizadas, tais como aglomerações urbano-regionais e estados territoriais, que por sua vez são sempre organizados em múltiplas escalas geográficas entrelaçadas” (TRADUÇÃO LIVRE).

o declínio da atividade açucareira esta realidade mudou, sendo decrescente as taxas de crescimento populacional entre 1991 e 2000, voltando a ascender apenas em 2010, conforme as três últimas publicações do censo.

A crise da produção do açúcar local pode ser entendida a partir de duas vertentes complementares e ligadas ao modo de produção; uma externa concernente a queda do preço do açúcar no mercado ocasionado, principalmente, pela concorrência, e outra interna referente a desatualização da técnica e altos preços no custo da produção (RODRIGUES, 2012).

Porém, a economia açucareira deixou marcas importantes na cidade pontenovense, além das melhorias urbanas, já citadas, engendradas pelo setor. O Hospital Arnaldo Gavazza, por exemplo, é fruto dos recursos financeiros do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), inaugurado em 1976 e sendo reconfigurado na década de 1980 por conta da crise do setor, sobrevivendo a partir de 1989 com o projeto de implementação da Fundação Filantrópica e Beneficente de Saúde Arnaldo Gavazza Filho. O hospital, atualmente, figura entre os 17 melhores do estado mineiro e é um polo regional de saúde.

A saúde é destacada enquanto um importante setor de serviço para a cidade e a região de Ponte Nova na contemporaneidade, conforme sublinhado no *site* da Prefeitura, recebendo

vultosos investimentos na modernização tecnológica dos hospitais particulares Arnaldo Gavazza Filho e Nossa Senhora das Dores, além do atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS), da sede regional da Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais (Hemominas) e do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga (Cisamapi), com sede em Ponte Nova (PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA. Disponível em <<http://pontenova.mg.gov.br/ponte-nova/historia-e-contemporaneidade/>>).

Além da saúde, Ponte Nova também é polo de educação, sediando a 33ª Superintendência Regional de Ensino que é responsável por 29 municípios. Segundo o *site* do órgão, cabe a superintendência “exercer regionalmente, as ações de supervisão técnica, orientação normativa, cooperação e de articulação e integração Estado e município, em consonância com as diretrizes e políticas educacionais da SEE/MG”¹⁰.

Existem ainda outros importantes pontos administrativos e de gestão em Ponte Nova que a ainda tornam central no contexto regional, como gerência regional do Ministério do

10

Disponível

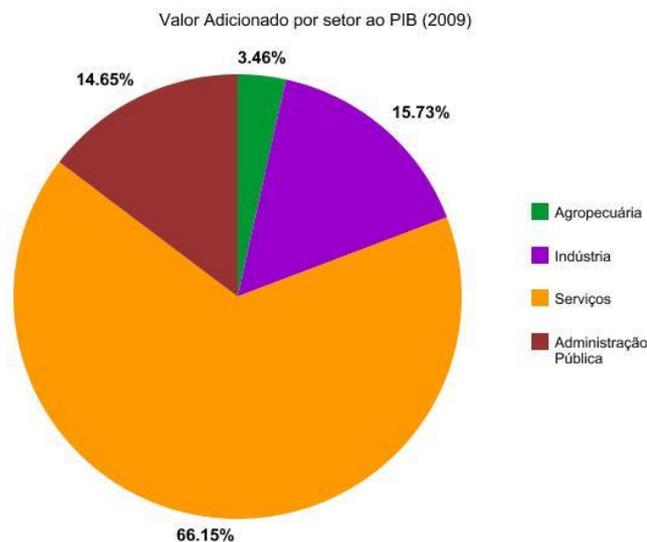
em

http://srepontenova.educacao.mg.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1574&Itemid=100027. Acesso 09-2017.

Trabalho e Emprego, Juizado Especial do Poder Judiciário do estado de Minas Gerais, Justiça Federal, Agência de Desenvolvimento do Vale do Rio Piranga, Ministério Público do estado de Minas Gerais, entre outros, todos estes citados localizados no centro principal da cidade.

Atualmente, a economia do município é majoritariamente fruto do setor terciário, como pode ser visto no gráfico 01 abaixo. A gama de serviços presente em Ponte Nova atende as demandas de seus habitantes e também de outros espaços sob sua polarização, confirmando a sua centralidade. A economia terciária das cidades médias tende a despontar, pois elas são consideradas lugares de possibilidades e ganhadoras não apenas da desconcentração industrial, mas também dos investimentos terciários, disponibilizando serviços e consumos especializados localizados até então apenas nos espaços metropolitanos (GOMES, 2007).

GRÁFICO 01 – Valor adicionado por setor ao PIB de Ponte Nova



Fonte – IBGE (2009); organização da autora.

Além do setor terciário, outro destaque da economia pontenovense na atualidade é a produção de suínos, sendo o maior polo desta criação no estado de Minas Gerais. De acordo com Oliveira (2017) a criação de suínos é a principal dentro do setor da agropecuária e emprega cerca de 6% de pessoas.

Todos os anos a Associação dos Suinocultores do Vale do Piranga (ASSUVAP) realiza a Feira Mineira de Suinocultura (SUINFEST) em parceria com cooperativas de suinocultores da região, ampliando o movimento na cidade durante as datas do evento e alinhando a cidade no circuito do turismo agrícola. No que tange a atividade de turismo, a cidade também faz parte do Circuito Turístico Montanhas e Fé e da rota da Estrada Real.

Dentre as temporalidades distintas aqui elencadas o que parece evidente foi a proeminência de Ponte Nova frente a seu espaço regional e, por hora, nacional. No próximo segmento deste texto, serão investigadas as conexões externas de Ponte Nova na atualidade, sob a óptica de seu espaço interurbano e, posteriormente, a caracterização desta cidade enquanto uma cidade média.

3.2) O espaço interurbano de Ponte Nova

Investigar o espaço interurbano de uma cidade se faz necessário ao passo que nenhuma cidade existe *per si*, sem desenvolver relações de troca com sua região e rede urbana, portanto, deve-se olhar para além dos limites da cidade para auxiliar na compreensão de sua própria dinâmica interna. Sobretudo no que tange ao estudo das cidades médias, como já dissertado, em que o par espaço intra e interurbano é um importante elemento analítico, uma vez que as relações traçadas entre estas cidades para com os espaços sob o seu alcance já configuram uma região.

O desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo e, ainda, a expansão espacial seletiva das atividades econômicas fazem com que a divisão territorial do trabalho se dê de maneira mais complexa (BRANDÃO, 2007). A desigualdade existe desde tempos remotos, o que acentua a dependência de alguns núcleos urbanos para com os outros. A gênese da microrregião pontenovense comprova estes laços de dependência, visto que 8 municípios desmembraram-se a partir de Ponte Nova (FIGURA 04). Estas emancipações que se deram em sua maioria, segundo Rocha (2008), por cunho político, originando núcleos de baixa capacidade e, refletindo, portanto, com baixos índices socioeconômicos.

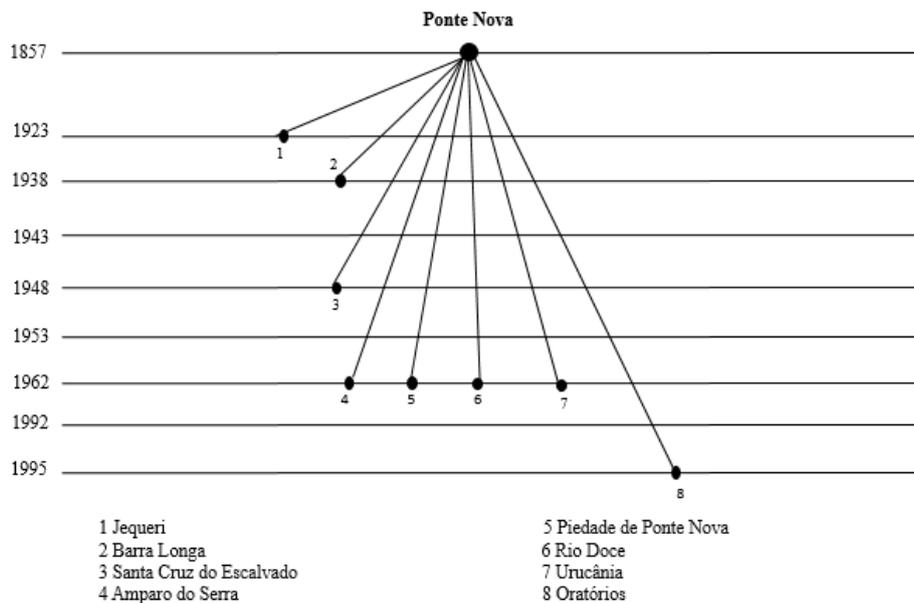


FIGURA 04 – Emancipações a partir do município de Ponte Nova.

FONTE – Biblioteca IBGE. Organização da autora.

De acordo com Bremaeker (1993), a principal razão que levou a maioria dos municípios brasileiros a lutar outrora pela emancipação foi o descaso por parte da administração pública do município de origem ocasionada, principalmente, pela grande extensão territorial do centro primaz. Apesar destes novos núcleos ganharem certa autonomia e recolherem os fundos dos Governos Federal e Estadual, o que se observou foi a permanência das dificuldades financeiras e precariedade na distribuição dos serviços públicos. É válido sublinhar que o repasse, principalmente referente ao FPM (Fundo de Participação dos Municípios) e ao ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), é proporcional ao porte do município, logo, os municípios até 10.000 habitantes detêm apenas 5% da receita tributária.

A situação é ainda mais crítica ao se olhar para as comunidades rurais destes centros menores, pois os investimentos são, mormente, na cidade – sede do município, promovendo, em muitos casos, fluxos migratórios campo-cidade, cidade pequena-cidade média (SPOSITO, 2007, p. 237). O aumento significativo destes novos municípios com baixa capacidade de investimento levou o Governo Federal a partir da Emenda Constitucional nº 15/96 a limitar os desmembramentos, a partir de uma medida paliativa.

Com exceção do município de Amparo do Serra, os outros 7 desmembrados a partir de Ponte Nova fazem parte da microrregião geográfica delimitada pelo IBGE polarizada por esta cidade (FIGURA 05). Essa microrregião é composta por 18 municípios, onde Ponte Nova destaca-se por conta do “comércio e empresas que se sobressaem em relação aos dos municípios

vizinhos, geram emprego e atraem consumidores das proximidades, ainda, apresenta o hospital de referência na microrregião” (VIDAL, 2016, p. 26).

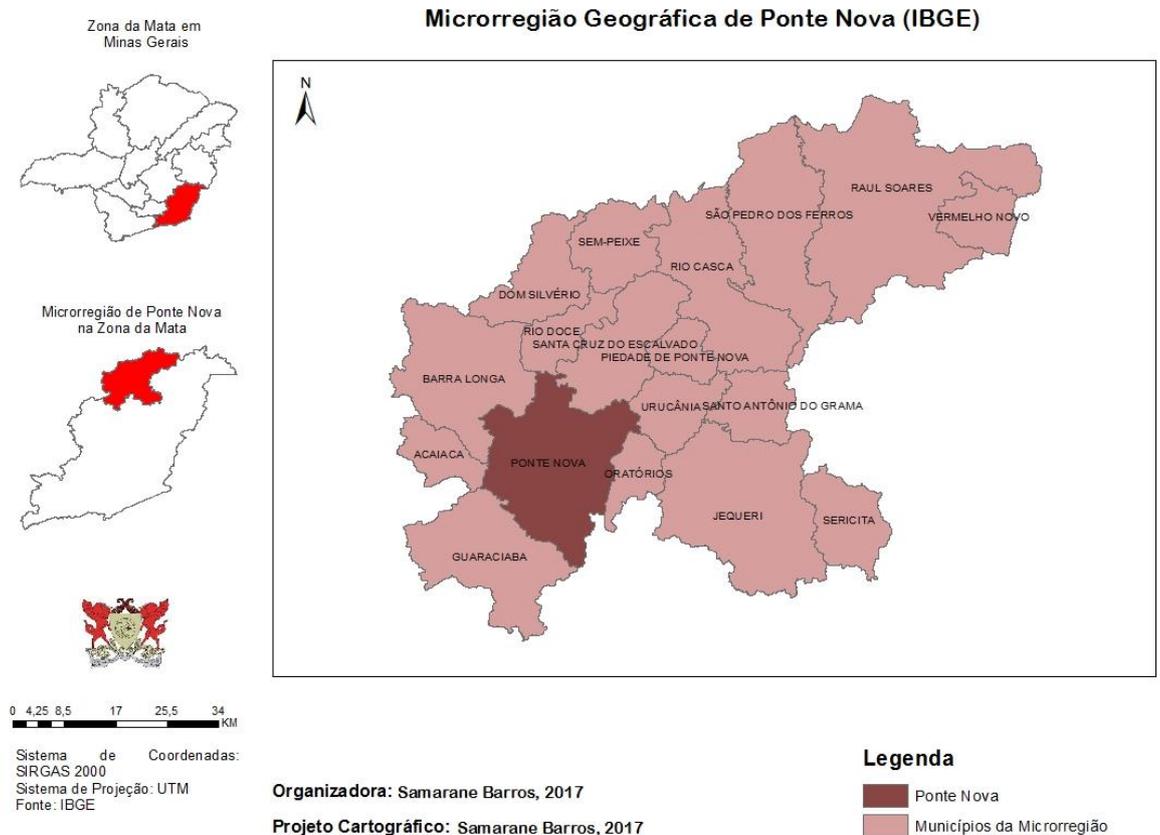


FIGURA 05 – Microrregião Geográfica de Ponte Nova.
FONTE – IBGE. Organização da autora.

Destes 18 municípios, apenas 5 apresentam mais de 10.000 habitantes, além do polo: Guaraciaba, Jequeri, Raul Soares, Rio Casca e Uruçânia, sendo que dentre este conjunto, apenas Raul Soares tem mais de 20.000 habitantes. A microrregião, portanto, segue a tendência da mesorregião da Zona da Mata, onde dos 142 municípios um pouco mais de 100 apresentam menos de 10.000 habitantes, cerca de 71,8%. (IBGE, 2010).

As pequenas cidades que precingem Ponte Nova, além dos impasses financeiros, seguem em muito a caracterização proposta por Wanderley (2001, p. 15) a qual destaca-se alguns fatores como: a precariedade nos serviços disponíveis, sobretudo, financeiros e a presença do mundo rural em sua realidade urbana por causa do povoamento reduzido, presença de paisagens naturais e relações pessoais que beiram o interconhecimento.

No que diz respeito aos índices demográficos, a microrregião, dentre as 7 da mesorregião da Zona da Mata, apresentou entre os anos de 1970 e 2000 evolução negativa na sua população, ficando com a menor população total de uma unidade da Zona da Mata

(QUADRO 01). Sobre isto, associa-se a urbanização da microrregião não ao crescimento vegetativo, mas sim às migrações ocorrentes, principalmente, cidade pequena-cidade média e campo-cidade.

A estagnação econômica e o decréscimo populacional corroboram para os desequilíbrios sócioespaciais dentro da microrregião, alimentando ainda mais a interdependência dos outros espaços para com a cidade pontenovense.

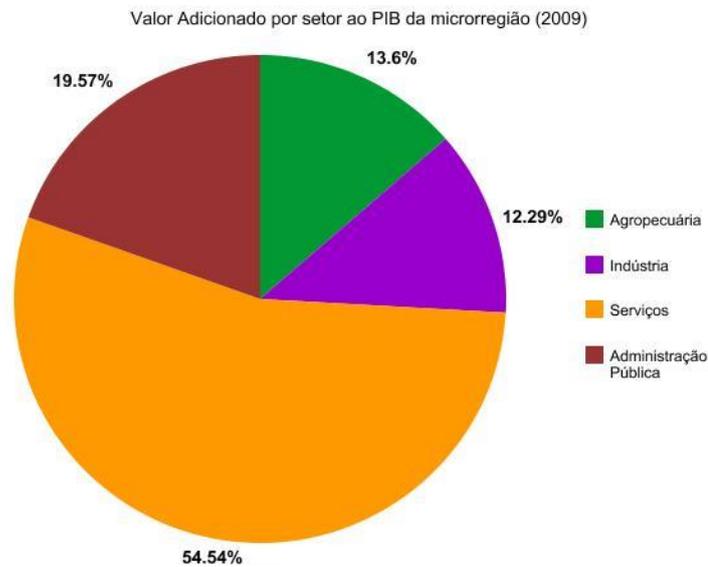
Evolução da População da Zona da Mata de Minas Gerais, segundo as Microrregiões - 1970/80/91/96/2000					
	Tot1970	Tot1980	Tot1991	Tot1996	Tot2000
Mc 60 Ponte Nova	206.688	190.341	192.282	189.831	190.094
Mc 61 Manhuaçu	175.690	189.261	222.289	223.765	249.026
Mc 62 Viçosa	169.282	174.167	193.431	203.733	215.256
Mc 63 Muriaé	199.855	208.775	242.848	247.865	260.546
Mc 64 Ubá	202.423	195.504	211.140	226.329	240.961
Mc 65 Juiz de Fora	424.137	486.424	573.407	629.571	654.636
Mc 66 Cataguases	177.976	177.597	193.586	201.053	207.209
Zona da Mata	1.556.051	1.622.069	1.828.983	1.922.147	2.017.728
Minas Gerais	16.672.613	17.835.488

QUADRO 01 – Evolução populacional da Zona da Mata (1970-2000).

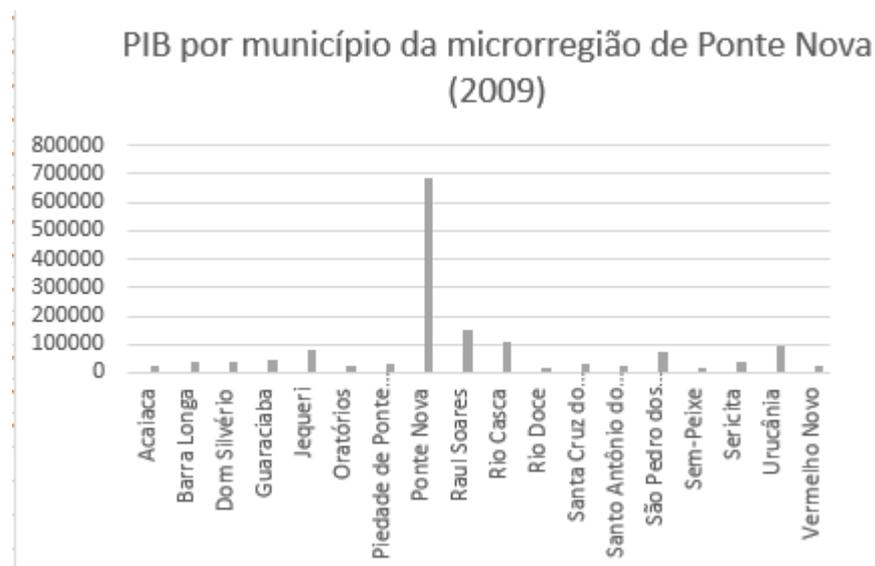
FONTE – NETTO; DINIZ, 2005, p. 9357.

Sobre a economia da microrregião, o maior valor adicionado ao PIB é concernente ao setor terciário, sendo mais uma vez despontado pela cidade de Ponte Nova que destaca-se no oferecimento destes serviços para sua população e todo o seu entorno, ficando responsável por contribuir com R\$473159,00 dos R\$969521,00 total do PIB de serviços da microrregião. Do PIB total, a cidade de Ponte Nova contribui com R\$687478,00 do total de R\$1540405,00 da microrregião, conforme os gráficos abaixo ilustram. Estes dados evidenciam a discrepância entre Ponte Nova e as demais cidades, salientando a importância econômica desta cidade para o seu contexto regional e definindo este conceito, em determinado ponto

pelo mercado regional, considerando-se a distância máxima a partir da qual os consumidores estejam dispostos a se deslocar para ter acesso a bens e serviços mais qualificados do que em centros urbanos menores e áreas rurais compreendidas nesse subespaço de relações (...) (SPOSITO *et al*, 2007, p. 48).

GRÁFICO 02 – Valor adicionado ao PIB por setor na microrregião (2009)

FONTE – IBGE; organização da autora.

GRÁFICO 03 – PIB dos municípios da microrregião de Ponte Nova (2009).

FONTE – IBGE; organização da autora.

Além da microrregião geográfica delimitada pelo IBGE, Ponte Nova agrega outra organização sócioespacial: Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Piranga (AMAPI), cuja entidade física localiza-se no município pontenovense. A AMAPI existe desde 1984 e apresenta caráter associativo, com o intuito de promover o desenvolvimento regional e solucionar problemas comuns nas áreas administrativa, econômica, social e físico-territorial dos municípios associados. Atualmente, são 23 municípios filiados, segundo o *site* da associação,

A integração regional é uma tarefa constante da AMAPI, seja através da comunicação/informação de projetos e planos de ação. A entidade promove e estimula a cooperação e o associativismo entre entidades diversas, através de parcerias, visando sempre a conjugação de recursos financeiros e técnicos e, ainda, a atração de novos investimentos públicos e privados (AMAPI, 2017).

As ações desta associação são através de consórcios, principalmente, como o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga (CISAMAPI). Este consórcio surgiu em 1995 objetivando a resolução dos problemas comuns de saúde dos municípios associados, otimizando a utilização e aquisição de aparelhos especializados e dos recursos humanos, “gerando economia nos processos de compra e contratação de serviços, permitindo que a população seja tratada em sua região, evitando o desconforto dos deslocamentos para os grandes centros” (CISAMAPI, 2017). O Consórcio localiza-se também em Ponte Nova.

Desta maneira, evidencia-se que as relações de Ponte Nova não são exclusivamente traçadas com o seu espaço imediato, embora os laços mais estreitos sejam com as cidades pequenas contíguas e seu entorno rural. A relação das cidades pequenas para com a cidade pontenovense estaciona-se na relação de subordinação e dependência já abordada por Boisier (1996), o que leva Ponte Nova crescer em função de sua própria região imediata, em grande medida (SPOSITO, 2009).

No que diz respeito a análise de Ponte Nova no quadro de organização da rede urbana brasileira a partir da Região de Influência das Cidades (REGIC) do IBGE, observa-se mudanças ao longo das três publicações deste estudo (1987, 2000 e 2008), conforme visto no quadro 02 abaixo. É válido sublinhar que apesar de mudanças nas metodologias das três publicações, a comparação intertemporal é possível, pois o objetivo fim dos estudos é o mesmo: mostrar a centralidade e área de influência das cidades.

O aumento significativo do número de cidades sob influência de Ponte Nova quando comparada a primeira à última publicação pode ser associado ao incremento da variável gestão do território na metodologia do estudo. Entende-se por gestão do território "a criação e controle das formas espaciais, suas funções e distribuição espacial, assim como de determinados processos, como concentração e dispersão espaciais, que conformam a organização do espaço em suas origens e dinâmica" (CORRÊA, 1992, p.115). Além disso, a importância deste centro de gestão liga-se a fatores históricos que se associam a agentes sociais e práticas espaciais diferenciadas.

A presença dos serviços regionais, anteriormente relacionados, levam cidades de porte semelhante a figurarem dentro a área de alcance espacial de Ponte Nova, como o caso de Viçosa visto na última REGIC. Além de Viçosa, os municípios associados a área de influência desta cidade também passaram a compor o quadro pontenovense. Embora, como já citado, este estudo do IBGE seja tipicamente hierárquico, o que se observa é que as relações entre Viçosa e Ponte Nova são de natureza complementar, visto que Viçosa apresenta grande centralidade para a sua região por causa da presença de Universidade Federal de Viçosa “que dinamiza a morfologia urbana e as relações interurbanas da cidade” (BARROS; BATELLA, 2016, p. 632).

Estas cidades e os respectivos espaços interurbanos configuram um

sistemas de relaciones y de flujos entre centros urbanos que tienen justificaci3n econ3mica en la consecuci3n de economías de complementaridad o de sinergia para los centros urbanos de los que est3n formados (...) pertenecen, en cambio, al segundo tipo las redes entre ciudades que desenrollan funciones similares¹¹ (...) (CAMAGNI, 2005, pp. 17-18)

Partindo da área conformada pela REGIC, levanta-se aqui uma diferenciação entre a microrregião geográfica, aqui já abordada, e a microrregião funcional, definida pelas cidades sob alcance de Ponte Nova, sendo microrregião funcional aqui definida pelos fluxos econômicos e de pessoas que conferem a sinergia proposta por Camagni (2005).

A microrregião funcional permite, ainda, falar em uma rede urbana regional, visto que a área apresenta “forte coerência de identidade sócio-espacial e de fluxos internos” (SOUZA, 2010, p. 50), porém, esta rede sempre estará imbuída de fluxos maiores. Todavia, esta rede urbana ainda é embrionária, pois a maior parte dos fluxos ocorrem em direção a Ponte Nova e Viçosa, cidades médias deste contexto, fazendo com que as relações entre os outros centros sejam frágeis e de baixo adensamento.

Porém, não se deve desconsiderar a outra direção dos fluxos existentes dentro deste sistema, uma vez que as cidades pequenas e as áreas rurais são responsáveis por oferecerem mão de obra barata e de baixa qualificação para estes núcleos maiores, corroborando para a estagnação da economia e aumento da diferenciação socioeconômica e, por conseguinte, socioespacial.

¹¹ “sistemas de relações e fluxos entre centros urbanos que têm justificativa econômica na realização de economias de complementaridade ou sinergia para os centros urbanos de que são formados (...) pertencem ao segundo tipo, as redes entre cidades que ao contrário de funções semelhantes” (TRADUÇÃO LIVRE)

REGIC (Ano de Publicação)		Níveis	Quantidade de núcleos	Classificação de Viçosa	Cidades sob influência de Viçosa
1987		Metrópole Regional	11	Centro Sub- Regional	22
		Centro Submetropolitano	14		
		Capital Regional	82		
		Centro Sub-regional	158		
		Centro de Zona	1.151		
2000		Máximo	9	Médio	18
		Muito Forte	24		
		Forte	35		
		Forte Para Médio	108		
		Médio	141		
		Médio para Fraco	195		
		Fraco	250		
		Muito Fraco	3.733		
2008	Níveis de Gestão do Território	1	3	4	28
		2	7		
		3	44		
		4	101		
		5	215		
		6	341		
	Hierarquia Urbana	Grande Metrópole Nacional	1	Centro Sub- Regional A	
		Metrópole Nacional	2		
		Metrópole	9		
		Capital Regional A	11		
		Capital Regional B	20		
		Capital Regional C	39		
		Centro Sub-regional A	85		
		Centro Sub-regional B	79		
Centro de Zona A	192				
Centro de Zona B	364				

QUADRO 02 – Classificação de Ponte Nova - MG segundo as REGIC's (IBGE) – 1987, 2000, 2008

FONTE – IBGE (1987; 2000; 2008). Organização da autora.

Pela caracterização de seu espaço inteurbano e por acreditar que o estudo das cidades médias é permeado pela articulação das escalas cidade-região enquadra-se Ponte Nova neste conjunto de cidades, como abordado adiante.

As interações interurbanas acima relacionadas podem ser abaixo verificados na figura 06 abaixo.

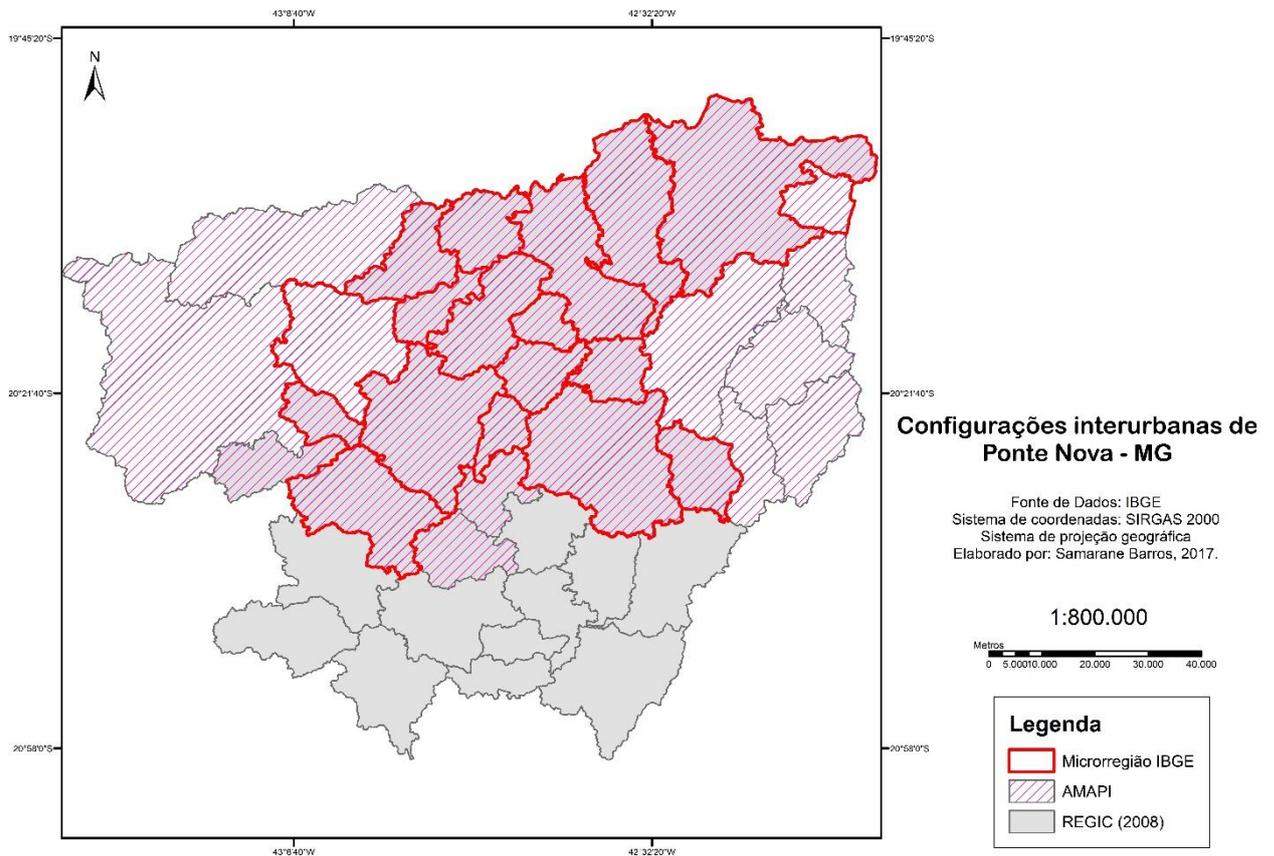


FIGURA 06 – Configurações interurbanas de Ponte Nova – MG.

FONTE – IBGE. Organização da autora.

3.2.1) Cidade e região: compreendendo Ponte Nova enquanto uma cidade média

Dada a polissemia do termo, é complexa a delimitação por parte dos estudiosos para cidades médias, conforme já apresentado, visto que apesar de apresentarem características similares, são pertencentes a contextos interurbanos específicos e desempenham papéis e funções diferentes, a saber.

A situação geográfica é uma importante premissa para a caracterização destas cidades, porque permite analisar as facilidades locacionais e as relações traçadas por elas. Entende-se

por situação geográfica para além do sítio físico onde a cidade está alocada, a sua teia de interações, “uma vez que cada localização é vista, a partir desse conceito, no contexto de outras localizações que ensejam suas possibilidades de integração” (SPOSITO, 2011, p.135). Isto posto, é válido levantar as rodovias que cruzam Ponte Nova, uma vez que a cidade é cortada por 4 importantes rodovias estaduais: MG-066, MG-262, MG-326, MG-329; e uma federal: BR-120. As rodovias estaduais ligam Ponte Nova ao seu espaço imediato e a cidades menores de sua hinterlândia, enquanto a BR-120 liga Ponte Nova a Viçosa, principal direção dos fluxos da cidade, de acordo com o número de viagens que partem da rodoviária local. Pelo modal rodoviário ser o predominante no Brasil, o fluxo de ônibus é “um dos principais indicadores das relações interurbanas” (AMORIM FILHO, 2015, p.34).

Sposito (2001) também alerta sobre a importância de considerar a situação geográfica para o estudo das cidades médias, sobretudo, a distância delas para com as regiões metropolitanas; a autora coloca que quanto maior esta distância, maior o alcance espacial das cidades médias, sobretudo, por concentrar as funções e serviços que abastecem toda área de polarização destas cidades. Ponte Nova dista cerca de 235 km da capital mineira Belo Horizonte, distância que permite que a cidade analisada sirva de intermediação das cidades pequenas para com a metrópole, fazendo jus a categoria média aqui elencada.

Nesta direção, urge que seja considerado o contexto regional para compreensão de Ponte Nova enquanto uma cidade média. Sposito (2009) levanta pares e articulações analíticas para a compreensão das cidades médias, considerando que esta temática é de natureza interescalar. Dentre estes pares, o primeiro aqui considerado é o par dentro-fora, uma vez que como colocado pela autora, as cidades médias e pequenas são estruturas menos complexas que não são continentes de uma totalidade econômica e social, como averiguada nas metrópoles. Este movimento é importante para captar as diferenças e distinguir uma cidade da outra, não cometendo o erro da generalização. Além deste par, a articulação entre cidade e região é muito cara para o presente estudo, pois assim como proposto pela autora “a região é o próprio quadro de referência, é o próprio ambiente, socialmente construído, a partir das relações entre cidades médias e pequenas” (SPOSITO, 2009, p. 19).

A importância de Ponte Nova frente a sua hinterlândia devido, principalmente, a oferta de bens e serviços fazem com que estes núcleos menores procurem a cidade pontenovense, alimentando a sua centralidade e salientando a sua posição central nas relações traçadas, levando Ponte Nova a crescer em função de sua região. A compreensão de Ponte Nova enquanto

uma cidade média, destarte, não permite a desvinculação dos espaços intra e interurbano. Em suma e concordando com Sposito, Ponte Nova enquadra-se na categoria de

Cidades médias que ampliam seus papéis, porque diminuem os papéis das cidades pequenas a partir de uma série de mecanismos econômicos, ou cidades que, em função do tipo de atividade que têm, *das lideranças que ali encontram*, são capazes de crescer e propor um projeto ou *desempenhar um papel político, econômico e social* de crescimento para toda uma região. (SPOSITO, 2009, p. 19, *grifo nosso*)

O grifo da citação acima faz referência ao papel de Ponte Nova frente à microrregião do Vale do Piranga, porque esta cidade, como já citado, concentra o papel político e administrativo desta associação que apresenta, entre outras razões, a busca pela integração regional e solução de problemas comuns aos municípios associados.

Amorim Filho na busca pela tipologia das cidades médias mineiras, categorizou-as em quatro níveis: grandes centros regionais, cidades médias de nível superior, cidades médias propriamente ditas e centros emergentes. Ponte Nova nas três classificações do autor (1982; 1999; 2006) encontra-se no quadro de cidades médias propriamente ditas, cuja ideia faz referência a itens anteriormente abordados neste texto, como a situação geográfica e a área de alcance destas cidades, conotando a noção de intermediação intrínseca a este grupo, conforme apresenta Amorim Filho *et al.* (1982, p. 43):

Em suas relações externas, as cidades incluídas no grupo das médias (propriamente ditas) são caracterizadas por certos aspectos bem peculiares. De um lado, tendo em vista seu nível atual de desenvolvimento econômico, sua posição geográfica sempre nos eixos ou entroncamentos principais das vias de comunicação, essas cidades mantêm relações importantes com centros maiores (...) De outro lado, essas cidades médias continuam a manter relações intensas, constantes e diretas com as cidades menores e com o espaço microrregional a elas ligado.

É essa função de ligação entre o espaço rural e as pequenas cidades microrregionais, de uma parte, e os centros urbanos mais importantes, de outra, que constitui a própria essência dessa noção de cidade média, tão bem identificada nesse grupo de cidades.

Para além da classificação proposta por Amorim Filho, a caracterização de Ponte Nova enquanto uma cidade média alinha-se à condição de limiar inferior proposta por Batella (2013), ao passo que esta cidade encontra-se na faixa de transição de uma cidade pequena para um centro mais complexo, apresentando características destas duas realidades, conforme já revisado no capítulo 2.

A maior relação das cidades da hinterlândia pontenovense ocorre em razão das funções terciárias. Soja (1993, p. 195) assinalou que uma das principais formas da sociedade pós-industrial a partir dos processos de reestruturação é a economia baseada, mormente, nos serviços. Sposito (2007) destacou as cidades médias como áreas de consumo, sendo esta atividade mais proeminente que as atividades de produção.

O comércio sempre foi grande responsável pela estruturação das cidades, como anteriormente relacionado. A atual fase do capitalismo global demanda novas formas de consumo que desencadeiam reestruturações no espaço intraurbano; a cidade torna-se mais complexa a partir do surgimento de áreas funcionais, subcentros e novos equipamentos de consumo, como galerias, *shoppings centers*, supermercados e demais inovações espaciais, fazendo com que o espaço seja concomitantemente fragmentado e articulado (CORREÂ, 2004). Adiante será abordado o estudo do espaço intraurbano pontenovense, levantando a análise do centro principal e, *à posteriori*, um dos desdobramentos do tecido urbano: o subcentro do bairro Palmeiras que apresenta grande parte dos serviços que conferem centralidade a uma cidade média.

3.3) O ESPAÇO INTRAURBANO DE PONTE NOVA: o centro principal.

O *boom* da economia açucareira, como já visto, propiciou inúmeras mudanças no espaço urbano de Ponte Nova, sobretudo, no que diz respeito às melhorias infraestruturais do centro principal que no alvorecer do século XX contou com alargamento de calçadas, ampliação das redes de água e esgoto, instalação de energia elétrica, entre outras mudanças já elencadas neste texto. Estas mudanças são importantes para a estruturação do espaço urbano, pois, conforme assinalado por Villaça (2001), estes elementos possibilitam a melhor circulação pelo território. Esta premissa é confirmada quando considera-se que a maior parte dos itinerários da empresa São Jorge Auto Bus – responsável pelo transporte intraurbano pontenovense – passa pelo centro da cidade (TRABALHO DE CAMPO, 2017; *site* eletrônico da empresa)¹².

A partir dos itinerários da empresa de ônibus, presumiu-se a existência de outras importantes áreas da cidade também, como o bairro Palmeiras, adiante explorado; e os bairros Triângulo e Sagrado Coração de Jesus (Pacheco), sendo esse primeiro onde se localiza a rodoviária municipal. Além destes, os bairros Esplanada, Palmeirense e Guarapiranga também se destacam nos itinerários de ônibus, sobretudo este último pela proximidade a Palmeiras e

¹² Disponível em <http://www.saojorgeautobus.com.br/itinerarios.php>. Acesso 09-2017.

por abrigar também muitos estabelecimentos terciários, especialmente, de saúde. Dentre esse conjunto de bairros citados, Palmeiras, Triângulo e Sagrado Coração de Jesus (Pacheco), além do centro principal, configuram-se enquanto macrozonas urbanas, segundo o Plano Diretor (2016, p. 42). Sendo macrozona definida por

Art. 70 A Macrozona Urbana corresponde às parcelas do território localizadas na Sede do Município, compreendida pelo perímetro urbano municipal definido pela Lei do Perímetro Urbano e pelos distritos Rosário do Pontal e VauAçu, cujas atividades estão voltadas ao cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana, considerando o estado de urbanização e as condições de infraestrutura e serviços instalados.

No texto da lei evidencia-se a função centralizadora destes bairros, ficando responsáveis por estimular a ocupação e pleno desenvolvimento social e de infraestrutura das áreas inseridas nestas macrozonas.

Com a maior mobilidade das pessoas foi possível a maior dispersão das atividades econômicas, principalmente, as atividades terciárias. Villaça (2001) alerta que estas funções são as que mais atraem deslocamentos humanos, visto que são nelas onde as pessoas buscam trabalho e consumo, aumentando os fluxos e definindo, neste sentido, uma centralidade. A associação destes fluxos com o substrato material do espaço vão ao encontro do proposto por Whitacker e Miyazaki (2012) que o interesse da morfologia urbana vai para além da forma pela forma.

A importância do setor terciário é confirmada para a cidade pontenovense quando se olha as taxas de empregabilidade por setor,

em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 7,97% trabalhavam no setor agropecuário, 0,38% na indústria extrativa, 9,93% na indústria de transformação, 8,76% no setor de construção, 1,62% nos setores de utilidade pública, 21,77% no comércio e 45,66% no setor de serviços (ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL).

Parte destas atividades terciárias se localiza, preferencialmente, no centro da cidade de Ponte Nova, porém, com o espraiamento das atividades econômicas, principalmente, de consumo corriqueiro, o centro se caracteriza na atualidade, sobretudo, por concentrar funções de gestão e administração do território, bem como atividades de alcance regional. A dispersão destas atividades cotidianas, como proposto por Patherson (1975 *apud* ANDRADE, 2015), é dada em função da necessidade delas localizarem-se próximas as pessoas, sendo este consumo atrelado a padarias, mercados farmácias, entre outros.

Nesta direção, a zona central de Ponte Nova corrobora com o modelo proposto por Amorim Filho (2005) para análise do espaço intraurbano de cidades médias. A zona central destas cidades caracteriza-se por ter o centro principal bem definido funcionalmente com a presença de equipamentos raros de amplo alcance espacial, diferenciação funcional interna, paisagem típica com alta densidade de construções e fluxo de pessoas e veículos e centro de polarização pelo menos microrregional.

No centro principal da cidade de Ponte Nova está a maior parte das funções do poder executivo e judiciário, abrigando a Prefeitura Municipal e todas as suas secretarias, o Fórum, Ministério Público e outras instâncias já acima relacionadas. Apreende, ainda, sindicatos regionais e a Agência de Desenvolvimento do Vale do Piranga, engendrando grande movimento de pessoas externas aos limites territoriais da cidade.

O centro principal da cidade se confunde com o centro primaz de ocupação sendo reconhecido também como centro histórico, o que justifica a presença de construções mais antigas e formas de comércio mais tradicional. Estas formas são ressaltadas ao passo que surgem novas formas de consumir em resposta às necessidades contemporâneas de reprodução e acumulação do capital, aqui identificadas como inovações espaciais que localizam-se, principalmente, no subcentro do bairro Palmeiras, abordado adiante. Nesta direção, o centro principal de Ponte Nova, se redefiniu em função de uma popularização das atividades comerciais enquanto as formas modernas localizam-se nestas novas centralidades. De acordo com Oliveira Júnior (2008, p. 218),

Ou seja, são os novos papéis determinados às cidades médias no processo de mundialização do capital que impelem nestas cidades a necessidade de criar novas áreas centrais, tornando as cidades médias atrativas à localização de novos artefatos ou equipamentos comerciais e de serviços pautados em novos fluxos, materiais e imateriais, de capital e mercadorias que reproduzem novos signos, idéias, valores, contradições, discursos, dentre outros.

Isto posto, apresenta-se a seguir a centralidade exercida por Palmeiras, afim de caracterizá-la enquanto um importante eixo econômico para a cidade de Ponte Nova, sobretudo, no que diz respeito a estruturação do espaço urbano seguindo as vertentes do setor terciário.

4. NOVAS CENTRALIDADES EM CIDADES MÉDIAS: o bairro Palmeiras.

*De uma cidade não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas,
mas a resposta que dá às nossas perguntas.*

Ítalo Calvino

O bairro Palmeiras já nasce com o propósito de promover a expansão urbana pontenovense, visto que no século XIX os limites ao sul do município pouco ultrapassavam o ribeirão do Vau Açu (BRANT, 1993, p. 131). Sendo assim, no ano de 1895 anexa-se ao município o território da Fazenda das Palmeiras. A fazenda era composta por, aproximadamente, 156 hectares que abrigavam a casa sede e demais benfeitorias de um passado colonial. O, até então, prefeito Dr. José Mariano encomendou o devido levantamento topográfico da área para posterior loteamento do bairro que herdou o nome da fazenda, surgindo, portanto, o objeto deste trabalho (FIGURA 07).

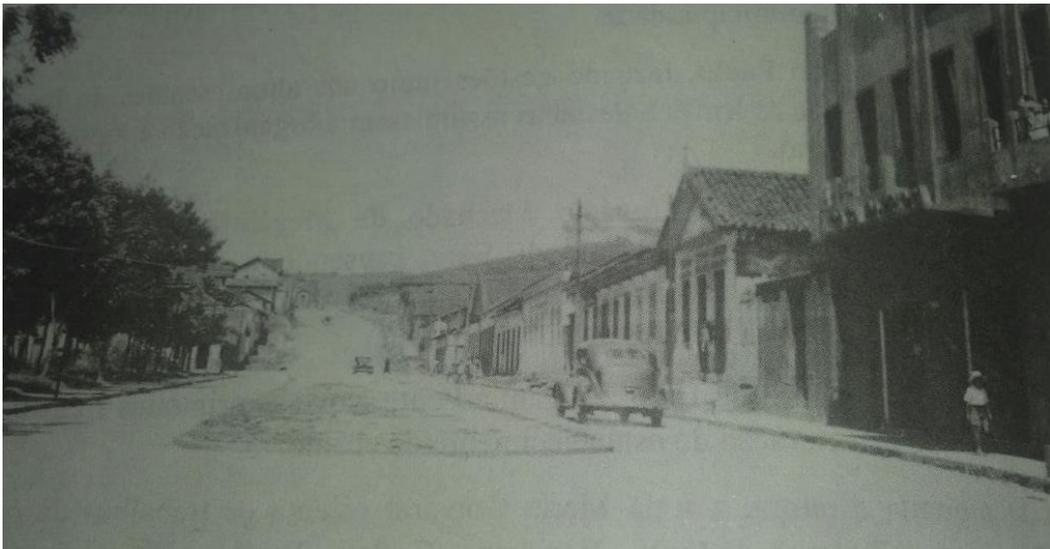


FIGURA 07 – Bairro Palmeiras no século XIX, ainda bucólico.

FONTE – Brant, 1993, p. 132.

A topografia do local era privilegiada tendo em vista as irregularidades do centro principal da cidade; as vias planas passaram pelos processos e serviços de arruamento que começaram a dar a feição ao bairro. Além disso, ainda discorrendo sobre a gênese do bairro, o prefeito inaugura, ali, uma escola para moças de cunho católico e sob coordenação de Irmãs da ordem Salesiana, reforçando a influência da Igreja na conformação da paisagem e disposição dos aparelhos urbanos, ou ao menos demonstrando a estreita vinculação entre poder religioso e econômico-político. A escola foi instalada na casa sede da fazenda e adaptada para abrigar salas de aula, bibliotecas e outros compartimentos, foi construído outro prédio ao lado que serviu de dormitório às alunas internas (FIGURA 08). Uma capela dedicada à Nossa Senhora Auxiliadora foi construída, daí o nome da escola, em 1896, ano de sua inauguração.

Atualmente, a escola recebe meninos e meninas e oferece desde os anos de alfabetização até o ensino médio (FIGURA 09), além de não oferecer o regime de internato como em outrora. A titulação “Escola Normal” era comum no século XIX para designio dos locais de formação das professoras que iriam atuar junto ao ensino primário (CARVAS; AZEVEDO, 2015).



FIGURA 08 – Edifício da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora.
FONTE – Brant, 1993, p. 132.



FIGURA 09 – Escola Nossa Senhora Auxiliadora atualmente.
FONTE – Skyscrapercity, 2016. Disponível em
<<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1592948>>.

O colégio situa-se na praça Cid Martins Soares, antigamente um grande largo e atualmente uma das principais vias de circulação de pessoas e veículos que usufruem dos serviços disponibilizados no bairro Palmeiras (FIGURAS 10 e 11). O largo foi elevado à categoria de praça na década de 1950 no governo estadual Milton Campos e de lá até então muito mudou em sua paisagem, por exemplo, a grama foi substituída por cimento e a fonte ainda na década de 1990 foi desativada.



FIGURA 10 – Largo de Palmeiras, ao fundo capela Nossa Senhora Auxiliadora.
FONTE – Brant, 1993, p. 133.



FIGURA 11 – Praça Cid Martins Soares atualmente.
FONTE – Trabalho de Campo, 13/07/2017.

Na praça, além da escola particular Nossa Senhora Auxiliadora, existe a Escola Municipal Dr. José Mariano, antigo grupo escolar, fundado em 1930 e que ainda perdura como marca na paisagem e na história de Ponte Nova.

A chegada da Escola Normal dinamizou a formação e ocupação do bairro, visto que a monotonia da vida campestre foi substituída por atividades materiais e intelectuais que engendraram os fluxos até então desconhecidos. Os valores urbanos da modernidade foram substituindo as referências rurais em defesa ao discurso do melhor desenvolvimento da sociedade e da cidade. A influência da Igreja culminou também a chegada do Colégio Dom Helvécio para a formação de jovens homens da alta sociedade, garantindo um conjunto de valores análogos a ideia de modernidade.

O Colégio Dom Helvécio no ano de 2016 foi extinto, porém, o seu prédio original ainda abriga o Instituto Montessori de Educação e Faculdades da Fundação Antônio Carlos (FUPAC). O Instituto Montessori desde 1993 funcionava na Rua Dr. Leonardo, logradouro do centro da cidade, e somente este ano instalou-se no bairro Palmeiras, entre a rua Assad Zaidan e a Avenida Francisco Vieira Martins, principal eixo do bairro como será abordado mais à frente. A transferência de atividades do centro da cidade para outras áreas é esperada, uma vez que “o crescimento urbano implica em aumento das distâncias que, somado às novas demandas de espaço físico das atividades econômicas, acaba por fazer surgir novas centralidades” (FONSECA, 2010, s/p).

Seguindo a linha de ensino, para além da existência da FUPAC no bairro, há outra faculdade e Escolas Técnicas que garantem a centralidade de Palmeiras enquanto provedora de ensino superior e técnico para Ponte Nova e região. A cidade é polo do ensino a distância da Universidade de Uberaba (UNIUBE) oferecendo 28 cursos de graduação, 7 especializações *lato sensu* e 4 cursos *Master in Business Administration* (MBA). Existem, ainda, duas escolas de ensino técnico: a Escola Técnica Âncora e a rede Microlins. Estas instituições conferem maior dinamicidade aos fluxos e deslocamentos na/da cidade, promovendo mudanças nos processos espaciais, sociais e econômicos.

A presença destas escolas de porte no bairro reafirma a sua centralidade, visto que o alcance espacial dos estabelecimentos de ensino podem ir para além dos limites da cidade, atingindo espaços interurbanos.

A centralidade traz consigo subprodutos que também coadjuvam para os fluxos e formação do bairro. Observa-se na praça, acima referenciada, a presença de quiosques de venda de produtos alimentícios e marcas de comércio informal, como camelôs.

O comércio informal, componente do circuito inferior da economia (SANTOS, 2004), permite o estabelecimento de uma pequena parcela na economia urbana, funcionando como uma solução para as pessoas mais pobres e de mão de obra pouco qualificada. Neste circuito o trabalho é mais essencial que o capital (SANTOS, 2004, p. 204), sendo os trabalhadores de rua o nível mais baixo de desintegração do comércio, pois ao obterem a mercadoria fornecidas a crédito mobilizam o mínimo de capital, os tornando menos dependentes da clientela e levando-os a procurar pelo público onde quer que ele esteja. Sobre estes trabalhadores, Fonseca (2010, s/p) completa

A pequena escala de seus negócios permite que eles adaptem seu produto às necessidades do consumidor e às épocas do ano. Todavia, muitos deles não são independentes, mas verdadeiros empregados de comerciantes que os usam para fugir ao pagamento dos impostos ou para a exploração de mão-de-obra de pessoas menos favorecidas.

A chegada dos equipamentos urbanos de grande alcance, como as escolas, demandou maiores esforços e investimentos infraestruturais, de conexão física entre o centro principal da cidade e o bairro em ascensão. A abertura da Estrada de Ferro Leopoldina ainda no século XIX culminou em mudanças na paisagem pontenovense e alterou os fluxos de consumidores e mercadorias que abasteciam o comércio local. A princípio este comércio localizava-se exclusivamente no centro da cidade, contudo, com a maior dinamicidade o entorno passou a se desenvolver e engendrar o espraiamento das atividades comerciais. O bairro Palmeiras, já bem consolidado e inserido no contexto da cidade, começou a demonstrar vocação comercial e receber estas funções, porém, era preciso melhorar a conexão entre o centro e o bairro para fortalecer, ainda mais, a economia local; para isto, foi construída a Avenida Beira Rio – atual Avenida Custódio Silva.

O crescimento das atividades terciárias permitiu o aumento da renda municipal com a prefeitura recolhendo mais impostos e revertendo em melhorias na infraestrutura, por exemplo, obras de calçamento e de saneamento básico (VILLAR, 2010). As mudanças e avanços na estrutura urbana do bairro atraíram novos investimentos do setor privado e maior circulação de mercadorias e pessoas, enraizando a importância de Palmeiras para Ponte Nova.

As transformações funcionais produziram iguais modificações físico-morfológicas, exprimindo “marcas físicas ‘inerciais’ que condicionam a transformação do espaço urbano e

territorial, sua ‘capacidade’ de ‘produzir’ esse mesmo espaço (isto é, mantê-lo ativo do ciclo de ‘produções’ e ‘consumos’)” (SALES, 1999, p. 5). O uso do solo intensivo pode ser comprovado pela alta densidade de construções em altura existentes no bairro. A verticalização deu origem a inúmeros edifícios que sediam salas comerciais e residências, alterando morfológicamente e funcionalmente a área, visto que é um processo que representa um dos estágios da apropriação do solo urbano. Sobre isso, Souza (1994, p. 135) comenta que a verticalização é “provavelmente a resultante no espaço produzido de uma estratégia entre múltiplas formas de capital – fundiário, imobiliário e financeiro, que cria o espaço urbano”.

Botelho (2007) alinha o espaço urbano ao modo de produção capitalista, ressaltando o papel dos agentes imobiliários na reprodução capitalista e geração da mais valia espacial e do Estado em facilitar os mecanismos aos investimentos imobiliários. Por exemplo, o Plano Diretor de Ponte Nova aponta o bairro como uma das áreas preferenciais para recepção da capacidade construtiva de imóveis.

Art. 103 São áreas de recepção da capacidade construtiva de imóveis urbanos as áreas historicamente conhecidas como Beira-Rio, Guarapiranga, Palmeiras, Centro e o Bairro onde está situado o imóvel cedente (LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 4.029/2016).

O aumento das construções em altura nas cidades médias responde pelo próprio processo de expansão deste conjunto de cidades, pois a partir do aumento econômico e demográfico a busca por ocupação do espaço urbano tem se reproduzido dessa forma (SANTOS; VIDEIRA, 2010). Além da tendência nacional da verticalização nas cidades médias, Ponte Nova testemunhou a ampliação e diversificação de seu setor terciário, onde os estabelecimentos localizam-se, preferencialmente, no bairro Palmeiras. Os escritórios de serviços profissionais superiores, clínicas e consultórios médicos, unidades de faculdades particulares e o comércio varejista distribuem-se pelo bairro não apenas em construções horizontais, mas também nos prédios verticais.

Estes estabelecimentos espalham-se pelo bairro em galerias e edifícios comerciais (FIGURAS 12, 13, 14 e 15), sendo a primeira aqui concebida como os equipamentos urbanos voltados ao setor terciário variando em até dois pavimentos, enquanto o segundo sendo as construções verticais superiores a dois pavimentos. Estes estabelecimentos surgem enquanto novas formas comerciais, devido à crescente “concentração econômica de alguns ramos comerciais, o que se acentuou nos anos de 1990, com o crescimento da presença de capitais internacionais no ramo de auto-serviço” (SPOSITO, 2001, p.237).



FIGURAS 12, 13, 14 e 15 – Galerias e Edifícios Comerciais.

FONTE – Trabalho de Campo, 13/07/2017

Além disso, estas formas enquadram-se como inovações espaciais, porque a comercialização de bens e serviços buscam novas lógicas territoriais e empreendedoras para o desenvolvimento das atividades em resposta a aparição de novos estabelecimentos. A materialização destas formas no espaço urbano envolve a ação de agentes econômicos que consomem a cidade e a produzem, “as inovações constituem um dos meios pelos quais a capitalismo garante condições de sua própria existência e reprodução” (CORRÊA, 2010, p. 150). Isto posto,

(...) novas formas espaciais podem aparecer em determinados locais e não em outros que, a despeito de condições econômicas e sociais favoráveis, apresentam sítios, morfologias urbanas e estruturas fundiárias que inviabilizam novas formas espaciais (CORRÊA, 2010, p. 152).

As inovações mais emblemáticas dizem respeito à aparição dos *shoppings centers* nas cidades médias que engendram mudanças nos padrões de hábitos e consumos da cidade e da região (CORREA, 2010). Porém, a implementação destes equipamentos depende, em grande

medida, do tamanho da cidade e da sua centralidade interurbana que influencia diretamente o tamanho do mercado consumidor (SPOSITO, 2001).

As galerias e edifícios comerciais são estabelecimentos menos complexos que os *shoppings*, mas são o suficiente para atender o mercado consumidor de Ponte Nova e região, considerando que a cidade desempenha condição de limiar inferior (BATELLA, 2013).

Ainda sobre as formas de reprodução do capital, Harvey (2005) ressalta a busca das forças capitalistas pela criação de infraestruturas físicas e sociais que sustentem a circulação do capital, sendo, portanto, as galerias e edifícios comerciais alinhados às estratégias deste ajuste espacial. Empiricizando o conceito de Harvey e concordando com Porto (2007), por ajustes espaciais entende-se as adaptações de ordem espacial que visam a garantia da instalação, fluidez, manifestação e reprodução do capital.

Outras formas que respondem por inovações espaciais são os supermercados e hipermercados de grandes redes que estão se espalhando, cada vez mais, pelas cidades médias brasileiras. Estas mudanças nos padrões de consumo fazem parte da articulação destas cidades a esfera global, conforme aponta Sposito (2009, p. 44) ao falar de cidades médias em globalização, expressão esta que busca “valorizar o fato de que elas estão se globalizando pelo consumo mais do que pela produção de bens e serviços pelas empresas globais”.

Complementarmente, Araújo, Moura e Dias (2010, p. 63) colocam

as redes de supermercados e hipermercados podem ser citadas para demonstrar como determinados sistemas se expandem territorialmente, reforçando os papéis regionais de algumas cidades em detrimento das funções terciárias mais simples exercidas por cidades pequenas. Ao mesmo tempo, tal inserção acirra a competitividade sobre os capitais locais e regionais.

Por se tratar de uma cidade média, contudo, de menor complexidade, Ponte Nova ainda não recebe as redes globais de hipermercados, porém, é alvo de redes regionais, como a rede EPA, os supermercados BH e a rede BAHAMAS, sendo todos os estabelecimentos concentrados no bairro Palmeiras, conforme visto no mapa abaixo (FIGURA 16).

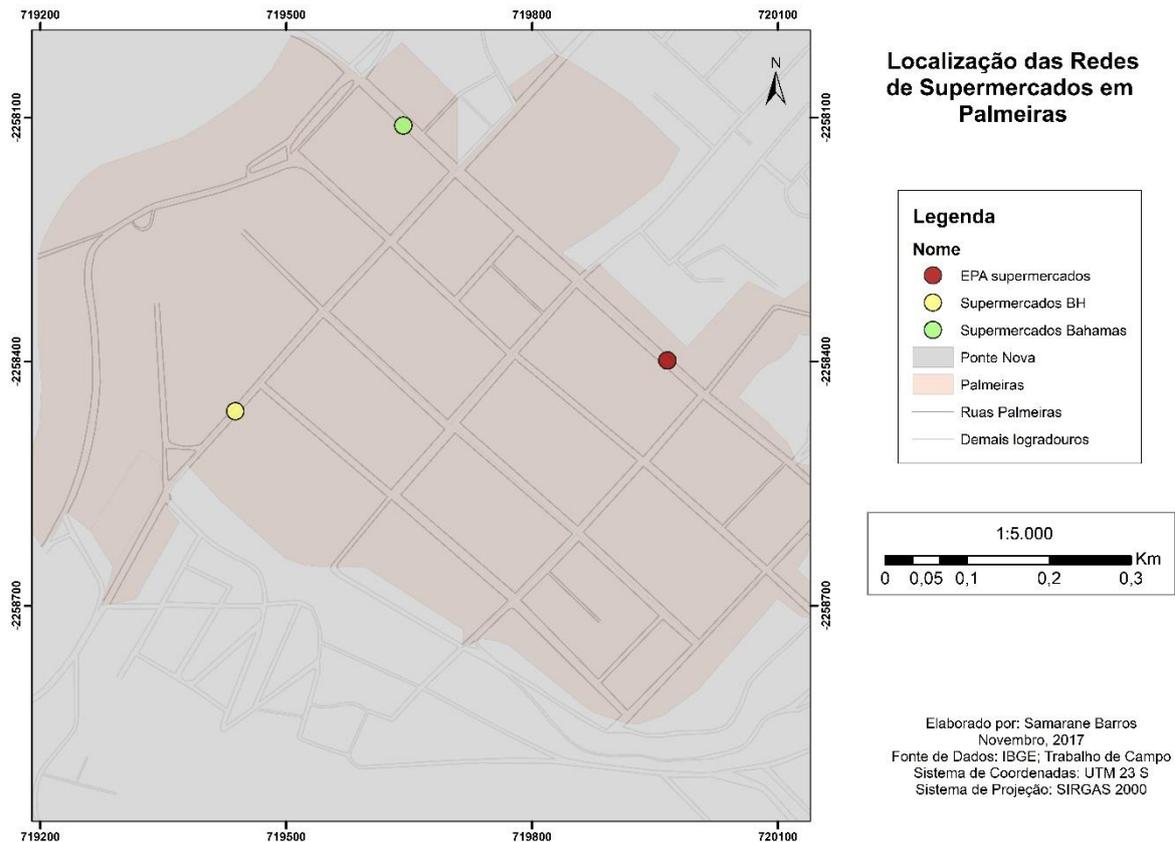


FIGURA 16 – Localização dos supermercados em Palmeiras.
FONTE – IBGE; Trabalho de Campo. Organização da autora.

Vale sublinhar que estes espaços contribuíram para aumentar o fluxo de pessoas e capital na área, isto é, estes espaços comerciais mudaram as formas de uso do espaço e do tempo (FIGURAS 17 e 18). Todos estes mercados localizam-se em avenidas de fácil acesso de carros e pedestres e contam com estacionamento próprio; o supermercado Bahamas e a rede EPA localizam-se na Avenida Dr. Otávio Soares e a rede BH na Avenida Francisco Vieira Martins. O prédio que abriga o EPA ainda abriga uma galeria que recebe o mesmo nome do supermercado.



FIGURAS 17 e 18 – Redes de supermercados em Palmeiras.
FONTE – Trabalho de Campo, 13/07/2017.

A instalação destes estabelecimentos no bairro foi principalmente ocasionada por já ser uma área consolidada, indo ao encontro das vantagens locais, como facilidade das vias de transporte e disponibilidade de mercado consumidor, além de Palmeiras já ser uma área tradicionalmente comercial. As três redes estão presentes no grupo dos dez supermercados que mais faturaram em Minas Gerais no ano de 2016 (QUADRO 03)¹³.

POSIÇÃO NO RANKING	NOME OFICIAL	NOME FANTASIA	NÚMERO DE LOJAS	TOTAL DE FATURAMENTO (2016)
1º	Supermercados BH Comércio de Alimentos LTDA.	Supermercados BH	167	R\$ 4.956.052.560,00
2º	DMA Distribuidoras S/A	EPA Supermercados	115	R\$ 3.106.576.000,00
3º	Multiformato Distribuidora S/A	Supernosso	37	R\$ 2.054.252.752,15
4º	Supermercados Bahamas S/A	Supermercados Bahamas	39	R\$ 2.024.512.373,00
5º	Mart Minas Distribuidora LTDA	Mart Minas Atacado e Varejo	21	R\$ 1.778.403.995,00
6º	Adição Distribuição Express LTDA	Supermercados ABC	34	R\$ 1.245.836.353,00

¹³ Quadro referente apenas as redes estaduais. No *ranking*, ainda, aparecem apenas as empresas que enviaram os dados a pesquisa da SM – Supermercado Moderno.

7º	Luiz Tonin Atacadista e Supermercadista S/A	Tonin Super Atacado	18	R\$ 850.434.581,04
8º	Organização Verdemar LTDA	Verdemar Supermercado e Padaria	8	R\$ 664.885.367,58
9º	Comércio e distribuição Sales LTDA	Sales Supermercados	13	R\$ 365.652.606,00
10º	Maglioni Ribeiro & Cia. LTDA	Supermercado Alvorada	12	R\$ 299.016.036,14

QUADRO 03 – *Ranking* de mercados que mais faturaram em Minas Gerais, 2016.

FONTE – Supermercado Moderno, 2017. Organização da autora.

Além da difusão das redes de supermercados, Sposito *et al* (2006) define outras formas contemporâneas de organização espacial do comércio e consumo que alinham-se a refuncionalização das cidades médias frente a outros sistemas urbanos - a difusão das redes de filiais, como as de eletrodomésticos, é uma destas contemporaneidades. A organização destes agentes espaciais de comércio e serviços, associados a outros fatores políticos e locais, coadjuvam para a modificação das formas de consumo e, por conseguinte, estruturação do espaço intraurbano das cidades médias onde estas grandes redes estão presentes.

A espacialização destas atividades franquizadas comprova a relevância perante o espaço citadino, uma vez que evidencia que a área onde abriga estas lojas apresentam um fluxo comercial importante. Novamente, é o que se constata no bairro Palmeiras, uma vez que este é o destino preferencial destas grandes marcas, visto que há mais franquias neste bairro do que no centro principal da cidade.

A espacialização das franquias, bem como da produção, adentrou o interior do território brasileiro de maneira seletiva, sendo preciso alguns critérios como

as cidades que as podiam acolher deveriam ter uma massa de consumo potencial mínimo (essa exigência varia de empresa para empresa), contar com mais recursos, tais como: infra-estruturas urbanas adequadas (rodovias) anéis viários de rápido acesso, serviços de transporte coletivo, serviços de saneamento básico) e poder de atratividade regional, entre outros. (ORTIGOZA, 1996, p.65)

A difusão do sistema de franquias, ainda, responde por uma lógica mundial guiada, tendendo a homogeneizar o consumidor, tornando-o igualmente mundial e propiciando o espraiamento das grandes redes de varejo em quaisquer lugares (ORTIGOZA, 1996), homogeneizando territórios e populações, rompendo fronteiras físicas e culturais. O aumento

da linha de crédito e do poder de consumo levou que estas redes procurassem outras localidades que não as metropolitanas. Sobre a uniformização do consumo, Cachinho (2002, p. 410) coloca

A extraordinária espacialização do capital e a integração de um número cada vez maior de lugares do mundo na sua órbita, faz com que, por exemplo, ao nível da venda a retalho as mesmas cadeias de lojas, as mesmas insígnias, as mesmas marcas e os mesmos formatos de estabelecimento encontrem praticamente em qualquer centro urbano e que em termos de consumo os indivíduos deslocalizem a sua identidade e a enriqueçam com fragmentos de outros espaços, tornando-a num verdadeiro pastiche.

Como dito, a localização destas franquias no bairro Palmeiras indicia que o bairro é *locus* preferencial do consumo da cidade pontenovense. A maior parte destas franquias são as redes de eletrodomésticos, seguindo a ampliação destas redes no território nacional em resposta, por exemplo, a redução do Imposto Sobre Produto Industrializado (IPI) desde 2008 sobre a venda dos bens de consumo, como automóvel e eletrodomésticos de linha branca¹⁴. A ampliação das vendas dos eletrodomésticos e móveis, como colocado por Lozano e Sposito (2015), relaciona-se aos programas de redistribuição de renda, extensão e generalização do crédito entre a população, além das medidas do governo para estímulo do consumo, como já citado. Sobre estes fatos, os autores trazem

Por outro lado, trata-se da expansão e generalização do sistema de crédito entre a população com a finalidade de incentivar o consumo seja de habitação, automóveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos, até os mais variados serviços. Para dar um exemplo da ampliação do sistema de crédito, vemos como entre os anos de 2001 e 2009 as concessões de crédito pessoal passaram de 2,7 bilhões para 12,4 bilhões e as concessões de cartão de crédito passaram de 1,1 bilhão para 12,3 bilhões. Além do crédito concedido diretamente pelos bancos, aumentaram as parcerias entre o setor financeiro e o varejo. Bancos comerciais, financeiras e seguradoras passaram a atuar em conjunto com as redes de varejo assim como as próprias redes de varejo criaram subsidiárias financeiras para atender aos seus clientes, estimulando as vendas do varejo e dos produtos financeiros (LOZANO; SPOSITO, 2015, p. 91).

Além disso, o consumo dos eletrodomésticos imbrica-se a ideia de urbanidade e modernidade, sendo facilidades frente à aceleração do ritmo de vida da população. Os eletrodomésticos, neste sentido, atrelam-se a vida cotidiana como produtos de primeira necessidade. As cidades médias, por sua vez, apresentam-se cada vez mais como um mercado consolidado atrativo para as empresas de eletrodomésticos por representarem espaços de

¹⁴ Eletrodomésticos de linha branca são os fogões, geladeiras, *freezers*, fornos a gás e elétricos, máquinas de lavar roupas, tanquinhos, secadoras de roupas, lava-louças, micro-ondas e ar condicionado, segundo a Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (ELETROS).

comando e polos econômicos e de consumo regional em ascensão (LOZANO, SPOSITO, 2015).

As diversas funcionalidades e papéis das cidades médias dentro de uma região as tornam “espaços importantes de difusão das ideias, estilos de vida e costumes mais modernos que implicam em novos padrões de consumo” (LOZANO; SPOSITO, 2015, p. 98), o que levam as grandes empresas a recorrerem a elas para ampliação de suas redes. É o caso, por exemplo, das estratégias locacionais das grandes empresas do setor de eletrodomésticos, como Magazine Luiza, Casas Bahia, Ponto Frio, Lojas Pernambucanas e Lojas Americanas. Ademais, empresas locais, como a Zema e a Ricardo Eletro – ambas empresas mineiras, viram na expansão do setor de eletrodomésticos uma possibilidade para expandirem as suas fronteiras também. Magazine Luiza, Casas Bahia, Ponto Frio, Zema e Ricardo Eletro estão na cidade pontenovense, todas elas localizadas na Avenida Francisco Vieira Martins, principal eixo do bairro Palmeiras (FIGURAS 19, 20 e 21).



FIGURAS 19, 20 e 21 – Redes de eletrodomésticos em Palmeiras.
FONTE – Trabalho de Campo, 13/07/2017.

Estas atividades, sobretudo as lojas de comércio varejista, localizam-se, mormente, no eixo da Avenida Francisco Vieira Martins, eixo o qual poderia ser caracterizado como um eixo comercial se não fosse a sua multiplicidade de suas atividades, presença de atividades financeiras, serviços profissionais superiores e comércios de consumo não necessariamente cotidianos.

A forte presença do comércio no bairro é uma grande marca da centralidade exercida por ele, posto que as funções comerciais engendram o aparecimento de outras atividades, como assinalado por Duarte (1974). Segundo a autora, é através do desenrolar das atividades comerciais que emergem atividades outras, como os serviços financeiros e a prestação de serviços especializados. É importante olhar para a desconcentração das atividades financeiras, pois assim como o comércio, elas acompanham o crescimento da cidade, ademais, expressam a importância econômica e conteúdo social de onde localizam-se. Assim sendo, Palmeiras apresenta-se também como centro financeiro para a cidade de Ponte Nova, porque das 6 agências bancárias da cidade, 4 localizam-se no bairro (FEBRABAN, 2017), assinalando, desta maneira, a importância financeira e econômica desta área. A localização das agências bancárias em Ponte Nova pode ser analisada na figura 22 abaixo.

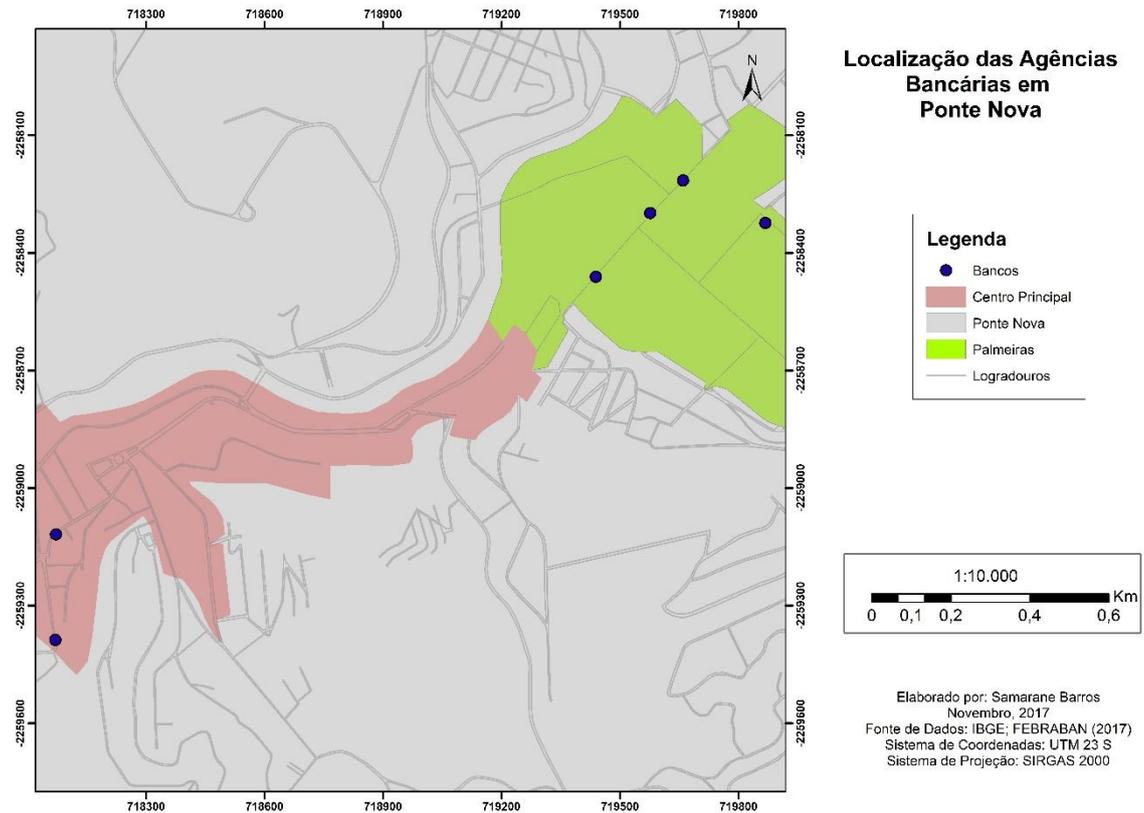


FIGURA 22 – Localização das Agências Bancárias em Ponte Nova

FONTE – IBGE; FEBRABAN. Organização da autora.

A distribuição das agências bancárias leva em conta não apenas os valores demográficos, mas, majoritariamente, a movimentação financeira da área, além do potencial de negócios e clientes. A densidade de negócios é fundamental para instalação de uma agência bancária, portanto, “assim, também terminam por contribuir com o entendimento das influências das atividades funcionais no processo de redefinição da centralidade” (SILVA, 2006, p. 127). Mais da metade das agências bancárias localizam-se em Palmeiras o que comprova a força das atividades financeiras desta área, portando-se, neste sentido, frente ao centro principal da cidade pontenovense. Ademais, cerca de 15 outros estabelecimentos com fins financeiros¹⁵ também estão lá alocados.

Além destes prédios comerciais e de prestação de serviço, o bairro ainda conta com prédios de apartamentos para moradia, sendo o bairro o um dos mais habitados da cidade de Ponte Nova, ficando atrás apenas de Triângulo e Sagrado Coração de Jesus (Pacheco), conforme o IBGE (2010), reafirmando ainda mais a sua importância para o contexto

¹⁵ Serviços financeiros foram aqui contabilizados a partir de lotéricas, correios, agências de empréstimos, financiamento e demais intermediações financeiras.

pontenovense, uma vez que “a concentração populacional [...] também demanda do setor de atividades culturais e de recreação” (MOTTER; BATELLA, 2015, p. 623, [adpt.]).

Além de todas estas funções já dissertadas, Ponte Nova se desponta ainda como centralidade no que tange a questão da saúde e, neste caso, o bairro Palmeiras também é parte disto, pois concentra grande número dos consultórios médicos e serviços, como clínicas e laboratórios, voltados à saúde. Além disso, no limite entre as Avenida Francisco Vieira Martins e o bairro Guarapiranga localiza-se o Hospital Arnaldo Gavazza que, atualmente, figura entre os 17 melhores hospitais de Minas Gerais (ARNALDO GAVAZZA, 2017).

Além do hospital Arnaldo Gavazza, existe em Ponte Nova em sua área central, o Hospital Nossa Senhora das Dores. Entretanto, é interessante salientar que a unidade de prestação de serviços deste hospital localiza-se no bairro Palmeiras. Este local conhecido como *Shopping da Saúde* (FIGURA 23) “foi planejado para garantir conforto e qualidade na prestação dos serviços de saúde oferecidos pelo Hospital Nossa Senhora das Dores” (HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS DORES, 2017); o estabelecimento localiza-se também na Avenida Francisco Vieira Martins.

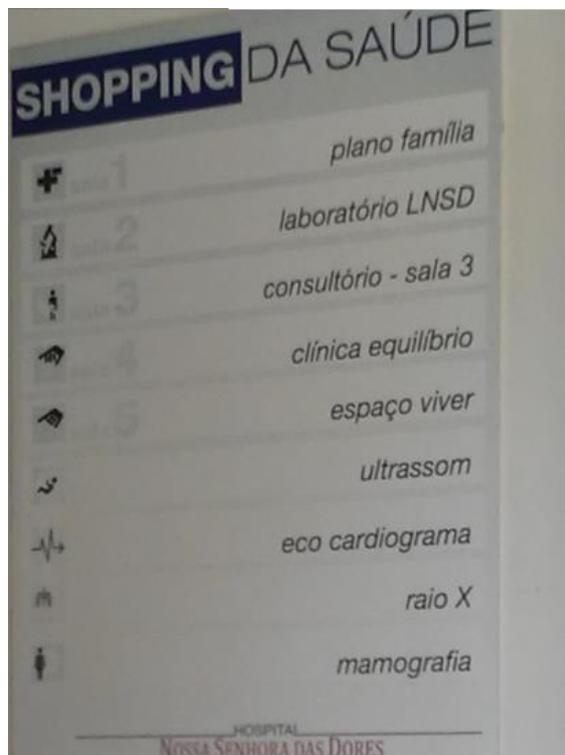


FIGURA 23 – *Shopping da saúde* do Hospital Nossa Senhora das Dores.

FONTE – Trabalho de Campo, 13/07/2017.

A palavra shopping utilizada já designa uma certa diferenciação entre os padrões de consumo do bairro Palmeiras, uma vez que como já dissertado, o bairro concentra grande parte

das galerias e edifícios comerciais da cidade pontenovense. A ideia do *shopping* remete ao mundo globalizado, onde para além de significar o consumo de ordem imediata, “criam-se cada vez mais mercadorias que são estratégias e políticas, como no caso específico do espaço” (CARLOS, 2005, p. 174).

Segundo o catálogo médico de Ponte Nova¹⁶, há cerca de 90 médicos das mais variadas especializações no bairro, estando alocados, preferencialmente, nos edifícios comerciais, confirmando a importância de Palmeiras para a saúde dos habitantes de Ponte Nova e microrregião, visto que a cidade, segundo o Plano Diretor de Regionalização de Saúde de Minas Gerais (MALACHIAS; LELES e PINTO; 2011), é um polo regional assistencialista.

Além dos serviços de saúde, outras instituições que conferem amplo alcance espacial e gerência do território estão alocadas no bairro Palmeiras, como a Superintendência Regional de Ensino (SRE-Ponte Nova) que é responsável por 19 municípios, inclusive por município de porte semelhante, como Viçosa. Há também no bairro a Unidade de Administração Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda (AF 2º Nível Ponte Nova), uma unidade da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER), a sede do SEBRAE e uma agência da receita federal. Porém, é válido sublinhar que as instituições de caráter público ainda estão, preferencialmente, no Centro da cidade, como já visto.

O conjunto de todos estes equipamentos urbanos conferem a ampliação do papel da cidade frente a sua região e, por conseguinte no caso pontenovense, do bairro Palmeiras por contar com grande parte desta infraestrutura. Sanfeliu e Torné (2004, p. 16) colocam

Básicamente son los diferentes contextos socioeconómicos y económicos los que explican las diferencias existentes en los niveles de infraestructura y equipamiento urbano. Pero los datos que comentamos en este apartado muestran también el rol y capitalidad que las ciudades juegan en su próprio territorio, sobre todo en el tema de equipamientos urbanos. Así, por ejemplo, ciudades con un destacado papel regional concentran un buen número de equipamientos especializados (universidades, hospitales, centros deportivos, bibliotecas), equipamiento que han de dar cobertura a amplios territorios del área de influencia del núcleo¹⁷.

¹⁶ Contabilidade apenas de médicos e estabelecimentos cadastrados no site. Disponível em <http://www.catalogo.med.br/>.

¹⁷ “É basicamente os diferentes contextos socioeconômicos e econômicos que explicam as diferenças nos níveis de infraestrutura e equipamentos urbanos. Mas os dados que discutimos nesta seção também mostram o papel e o capital que as cidades desempenham no seu próprio território, especialmente na área de instalações urbanas. Por exemplo, cidades com um importante papel regional concentram um bom número de equipamentos especializados (universidades, hospitais, centros esportivos, bibliotecas), equipamentos que devem cobrir grandes áreas da principal área de influência” (TRADUÇÃO LIVRE).

As atividades terciárias ganham destaque na caracterização das cidades médias e estrutura grande parte da economia deste conjunto de cidades, como continuam os autores acima referenciados

Las funciones de intermediación pasan por la concentración de actividades y servicios especializados que también reflejan las estructuras de ocupación laboral de estas ciudades. Las funciones terciarias suelen incidir en buena parte de la población con unas medias estadísticas que oscilan entre un 50-60% de la población ocupada, con grandes diferencias, según el contexto geográfico, base económica y rol administrativo-territorial de la ciudad¹⁸.

Palmeiras pode ser compreendida sob a ótica de uma importante área da cidade pontenovense e por sua autonomia e diversidade de atividades econômicas como um imponente subcentro da cidade. Este subcentro conformado, principalmente, pela sua riqueza de atividades terciárias respondem ao longo de suas avenidas pelas demandas da população de Ponte Nova e região imediata, tendo atividades centrais, grande fluxo populacional e circulação de veículos.

O bairro, como já explicitado, é interligado ao centro e esta proximidade propiciou a primeira dispersão das atividades terciárias. O aumento dos núcleos de centralidade no espaço intraurbano engendra duas dinâmicas econômico-territoriais intrínsecas, a da descentralização espacial dos estabelecimentos comerciais e de serviços e a consequente recentralização destas atividades (SPOSITO, 2001). Na próxima parte do texto evidenciar-se-á as principais semelhanças e diferenças entre o bairro Palmeiras e o centro principal da cidade de Ponte Nova, apresentando os atributos necessários para delimitação empírico-teórica do bairro enquanto um subcentro.

4.1 O ESPRAIAMENTO DO CENTRO PRINCIPAL E O SUBCENTRO DO BAIRRO PALMEIRAS: semelhanças e diferenças.

O centro é a manifestação simbólica e espacial mais emblemática da cidade, pois é o principal ponto de confluência de ideias, pessoas, capital e atos políticos. Porém, a contemporaneidade testemunha a dispersão destes fluxos para outras áreas da cidade, conformando outras formas de centralidade no espaço citadino. As diferentes expressões de centralidade podem apresentar conteúdos e significados diferentes frente ao meio urbano,

¹⁸ “As funções de intermediação passam pela concentração de atividades e serviços especializados que refletem as estruturas ocupacionais dessas cidades. As funções terciárias tendem a afetar uma grande parte da população com médias variando de 50 a 60%, com grandes diferenças dependendo do contexto geográfico, da base econômica e do papel administrativo-territorial da cidade” (TRADUÇÃO LIVRE).

sendo, de certa maneira, realidades complementares entre si. A noção de centralidade é, ainda, um debate permeado pela questão escalar, conforme citado por Whitacker (2017, p. 150)

A centralidade intraurbana, pois, deve ser compreendida de modo relacional e se insere num conjunto de articulações escalares, as quais demonstram materialidades e territorializações que incorrem em fluxos e deles decorrem, com a difusão do conteúdo e o espraiamento da forma da cidade. Tal processo agrega à discussão a escala e o tempo.

As dinâmicas econômicas da/na cidade que contribuem para a produção do espaço além de criar novas centralidades, atribuem novas funções às formas antigas, como ocorrido no espaço de Ponte Nova, onde o centro principal deixou de ser principal *locus* do consumo e disponibilidade das funções terciárias para se assumir enquanto o centro administrativo, concentrando a maior parte das instituições públicas da cidade. Milton Santos (2002) designa estas reutilizações e marcas do passado no tempo presente como rugosidades, termo o qual materializa as diferentes divisões territoriais do trabalho ao longo do tempo de maneira concomitante e sobreposta.

O centro da cidade de Ponte Nova é a principal expressão de poder na cidade, agregando uma série de valores construídos ao longo do tempo que coadjuvam para a formação do imaginário local e reforça os laços de identidade com este espaço. Segundo Whitacker (2017), esta dimensão simbólico-funcional do centro é fruto das esferas que dominam a produção e o Estado. Beaujeu-Garnier (1972) já colocara que o centro da cidade possui significado espacial, histórico, funcional e sociológico.

A diferenciação das tipologias dos estabelecimentos presentes nas diferentes áreas da cidade podem intervir na compreensão da diferenciação dos papéis das expressões de centralidade no espaço intraurbano, alinhando a Geografia do Comércio à Geografia Urbana. Neste sentido, ascendem dois processos complementares: a dispersão do centro pela cidade e a difusão da centralidade (WHITACKER, 2017, p. 166).

Gottdiener (1992) em referência as obras de Castells e Lefebvre¹⁹, atenta para a ideia de ambos os autores sobre a construção do centro da cidade a partir de duas vias de análise da centralidade intraurbana, uma que diz respeito à ocorrência de vários centros e outra que diferencia o papel dos centros e ainda é capaz de apreender diversas centralidades em um único centro, unindo dialeticamente forma e processo.

¹⁹ Embora apresentem similaridades, Gottdiener (1992) explicita a diferenciação de método entre as teorias de Castells e Lefebvre.

Como já dissertado anteriormente, centro e centralidade são distintos ao passo que o centro pode ser delimitado por um recorte territorial, enquanto a centralidade pode ser cambiante e definida pela articulação de uma série de fluxos e agentes, sobretudo, econômicos. Além disso, a centralidade pode se dar para além dos limites da cidade quando pensa-se nos espaços organizados em redes não necessariamente hierárquicas.

A centralidade se espalha na cidade e suas diversas formas apresentam papéis socioeconômicos e funcionais bem distintos, no caso pontenovense, observa-se o centro principal como imponência administrativa, concentrando os prédios de comando político, tanto da esfera pública quanto da privada. Já a centralidade do bairro Palmeiras é, mormente, econômica, uma vez que apresenta grande parte das atividades terciárias e financeiras da cidade, configurando uma estrutura urbana para Ponte Nova policêntrica. Porém, a centralidade também manifesta-se em uma determinada área do espaço, demandando uma forma e comprovando que forma e processo são dois movimentos intrínsecos. Sobre isto, Whitacker (2017, p. 172) coloca

Defrontamo-nos, assim, com pontos de partida, formas espaciais e processos espaciais (ou sua expressão fenomênica), mas é a articulação entre eles que nos permite compreender o caráter processual da centralidade, em complementação ao centro, expressão territorial da concentração e/ou da centralização. Desse modo, embora indissociáveis (pois não há forma espacial que não se relacione a processos espaciais, nem estes sem sua dimensão formal), centro e centralidade são analiticamente distinguíveis.

Neste sentido, estas duas áreas analisadas são formas espaciais interligadas, “denotando um conjunto de funções e papéis a ser investigado a partir de práticas espaciais e lógicas econômicas que podem ser sopesadas ao se materializarem em determinadas estruturas urbanas” (WHITACKER, 2017, p. 171-172). Esta interligação e complementaridade empírica do centro e de Palmeiras pode ser compreendida tanto pela existência funções distintas que engendram fluxos, por exemplo, o deslocamento das pessoas em busca das áreas de concentração dos estabelecimentos comerciais ou o mesmo deslocamento para resolução de problemas de ordem política. Ou, ainda, pela diferenciação das formas e equipamentos urbanos atinentes a cada um destes locais. Vale colocar que enquadrar Palmeiras como uma nova área central, entretanto, é equivocado, pois o termo exige como quesito *sine qua non* a existência de um núcleo periférico somado ao centro (CORRÊA, 1989; TOURINHO, 2004).

Segundo Villaça (2001), existe apenas um centro principal na cidade que, na maioria das vezes, coincide com o centro tradicional e histórico de origem da cidade ou que o engloba.

Ponte Nova responde por esta colocação, uma vez que o seu “centro histórico” é ainda hoje a área central da cidade. As marcas do passado podem ser observadas na paisagem deste local, uma vez que a arquitetura dos prédios visivelmente é de tempos pretéritos (FIGURAS 24 e 25).



FIGURAS 24 e 25 – Marcas do passado no centro de Ponte Nova.
FONTE – Trabalho de Campo, 13/07/2017.

Além da arquitetura, marcas outras existem no centro da cidade. Por exemplo, a presença da Escadaria Albano Bráulio (FIGURA 26) que, bem como outras escadarias pelo Brasil, relacionam-se ao processo de ocupação irregular iniciado no alvorecer do século XX (CAMPOS; GUIMARÃES; LOUREIRO, 2012). Como já colocado, o sítio declivoso onde está alocado o centro pontenovense foi um dos limitantes de sua expansão e a escadaria foi uma solução, na época, para interligar áreas diferentes da cidade.



FIGURA 26 – Escadaria Albano Bráulio.
FONTE – Trabalho de Campo, 13/07/2017.

O centro da cidade pontenovense, bem como de outras cidades médias estudadas “guardam coincidência com a parcela mais antiga do núcleo urbano” (WHITACKER, 2017, p. 182). O autor continua

A primeira expansão do centro dessas cidades pode ser assim resumida: ocupação paulatina do núcleo original por edificações públicas ou religiosas; surgimento de jardins e passeios em seu interior ou entorno imediato; ampliação do número e da diversidade de comércio e serviços terciários; manutenção das feiras e/ou seu deslocamento para os limites desse núcleo e a presença do mercado público; crescente processo de diferenciação socioespacial dessa área, em relação ao conjunto que se reconhecerá como cidade (p. 183).

Ponte Nova também responde pela lógica acima citada, uma vez que o centro principal coincidente ao núcleo originário começou a ser ocupado pelas instituições de poder público e pela Igreja em proximidades à praça e, em um primeiro momento, o principal *locus* do comércio e das atividades terciárias pela proximidade a Estação, entre outras coisas.

Já o bairro Palmeiras que surgiu, em muito, como a resposta planejada para as irregularidades fisiográficas do centro da cidade hoje é um subcentro autônomo e multifuncional, muito além de uma simples localidade comercial. Grassioto (2005) estudou a transformação e evolução de alguns centros comerciais apreendidos na realidade brasileira e o

bairro em questão enquadra-se em fatores favoráveis a esta evolução, como sítio geográfico favorável, viabilidade econômica, área de influência, presença de concorrência e acessibilidade e viabilidade do local.

Esta nova centralidade, outrossim, por seu caráter multifuncional, atende não apenas as necessidades de consumo da população, como os anseios culturais e sociais, agregando e apresentando valores e formas até então ausentes no centro principal. A questão da verticalização mais evidente no bairro Palmeiras traduz isto, por mostrar outras formas de reprodução do capital via solo urbano e por abrigar as galerias e edifícios comerciais aqui compreendidos como inovações espaciais.

A existência de mais de uma centralidade torna Ponte Nova uma cidade de estrutura policêntrica, como já colocado. Este é um dos fatos de no presente trabalho utilizar o termo centro principal quando em referência ao “centro histórico”, pois o centro consolidado mante sua primazia sobre a outra área central – Palmeiras, passando a ser o principal por causa de sua imponência política.

O centro da cidade de Ponte Nova, no que diz respeito ao terciário, atende as demandas de um comércio varejista mais popular, não abrigando grandes marcas e lojas especializadas, reforçando ainda mais o papel de Palmeiras como *locus* preferencial do consumo terciário e a sua centralidade neste quesito. Esta mudança de significado do centro, no que tange as atividades econômicas terciárias, o coloca em condição relacional com o restante da cidade, acirrando a diferenciação intraurbana e o reafirmando enquanto centro principal (WHITACKER, 2017).

As mudanças de significado do centro principal pontenovense tem caráter, sobretudo, qualitativo, visto que esta transformação vincula-se as formas espaciais que se consolidam ao longo do tempo, mesmo com as mudanças de funções e processos, configurando a situação de rugosidade. Ademais, os serviços oferecidos e o conjunto de práticas políticas e espaciais reforçam a sua centralidade. Todavia, o centro principal não se opõe a subcentralidade de Palmeiras, tampouco concorre com esta área, mas ambas as centralidades agem complementarmente e referencialmente, “o centro principal, assim definido, traz implícita a compreensão de que não é único, mas, também, que há relações entre ele e outros centros na cidade” (WHITACKER, 2017, p. 192).

O subcentro de Palmeiras apresenta morfologia nucleada, sendo que as atividades terciárias localizam-se, preferencialmente, nas avenidas e ruas mais movimentadas pela maior

acessibilidade e facilidade de acesso para pessoas e automóveis, tendo, neste sentido, destaque a Avenida Francisco Vieira Martins. Além disso, o subcentro por ser uma área tradicionalmente bem consolidada e receber os principais fluxos financeiros da cidade, abriga grande parte das agências bancárias de Ponte Nova, reforçando o seu papel econômico para a cidade e região do entorno imediato.

O processo de descentralização da cidade de Ponte Nova fez com que o centro fosse ressignificado e Palmeiras assumisse-se como centralidade terciária e econômica, porém, apresenta uma forte diferença de subcentros estudados em outras cidades médias por surgir com o intuito de abrigar a expansão da cidade e não consequência do transbordar do centro.

Em suma, a união do centro principal com Palmeiras configura a área central da cidade de Ponte Nova seguindo os parâmetros definidos por Sposito (2001, p. 235) que designa esta área como o conjunto de diferentes setores urbanos com concentração de atividades de comércio e serviço, tal como o centro principal, eixos de desdobramento do centro principal, subcentros, *shoppings*, entre outros, além de ser a área onde tradicionalmente concentra-se a maior parte das atividades econômicas, serviços bancários e financeiros, administrativos e serviços profissionais superiores. Segundo a autora, “a ocorrência de áreas centrais nas cidades resulta, via de regra, de um processo histórico de localização das atividades comerciais e de serviços no interior delas”. (SPÓSITO, 2001, p.237).

Embora a configuração desta área central, as principais diferenciações destas duas centralidades, portanto, se dão em função da concentração do poder administrativo no centro principal e, ainda, as formas de comércio que se manifestam de maneiras diferentes: no subcentro de Palmeiras formas mais modernas, incluindo a presença de capital externo, e no centro principal a maior popularização do setor terciário.

5) CONSIDERAÇÕES FINAIS

A descentralização das atividades no interior das cidades levou, muitas delas, a superarem a estrutura monocêntrica e assumirem novas centralidades além do centro principal. Grande parte deste movimento relaciona-se ao espraiamento do setor terciário nas cidades, visto que desde sempre urbanização e comércio caminham lado a lado.

O comércio e os serviços tendem a se localizar onde há fluxo de pessoas – consumidores – e capitais, dada a saturação dos centros nas grandes cidades, as atividades terciárias também migraram do centro da cidade para outras áreas afim de atingir outras clientelas. Nas

metrópoles, como Rio de Janeiro e São Paulo, os subcentros começaram a ganhar destaque ainda na primeira metade do século XX, porém, estas novas formas de centralidade ganham mais forma com a ascensão do *shooping center* entre as décadas de 1970 e 1980.

As cidades médias, por sua vez, começaram a figurar de maneira mais imponente na rede urbana brasileira apenas na década de 1980, o que levou uma descentralização das atividades terciárias mais tardia se comparado as metrópoles.

Porém, a dinâmica observada em Ponte Nova se difere das demais cidades médias, ao passo que o bairro Palmeiras já surge na cidade com o propósito de expansão da área urbana. Os investimentos infraestruturais, a instalação de equipamentos urbanos e a conexão com o centro principal da cidade levaram o bairro a desempenhar vocação comercial desde os seus primórdios.

A chegada da estrada de ferro em outrora e o grande fluxo de carros no bairro, atualmente, fazem com que as vias mais dinâmicas abriguem grande parte das atividades econômicas, sendo esta uma tendência dos subcentros de outras cidades médias, isto é, a descentralização das atividades nestas áreas em muito se relaciona as linhas de transporte. Em Palmeiras, a área mais pujante é a Avenida Francisco Vieira Martins, principal via do transporte público, embora haja presença de atividades econômicas em quase todos os quarteirões do bairro, considerando este um subcentro nucleado.

A diversidade das atividades no bairro e a concentração das atividades financeiras também colocam Palmeiras como uma importante centralidade para a cidade – e região – pontenovense. A presença destas atividades financeiras, especialmente, difere este subcentro da tendência de outras cidades médias, em que as agências bancárias e outras instituições localizam-se, ainda, no centro principal da cidade.

A estrutura administrativa de Ponte Nova, por sua vez, localiza-se inteiramente no centro principal da cidade, mostrando ainda a sua proeminência frente ao contexto urbano e regional, visto que os escritórios das instituições regionais também estão nesta área.

Além da variável do poder administrativo, outra diferença entre o centro principal e do subcentro do bairro Palmeiras são as formas de consumo, visto que o centro apresenta maior popularização do comércio, enquanto o subcentro abriga os fluxos do capital externo travestidos no sistema de franquias, por exemplo.

O processo de descentralização é dinâmico e ainda não se encerrou na cidade pontenovense, o que não esgota os horizontes desta pesquisa. Este trabalho contribuiu para o enquadramento de Ponte Nova enquanto uma cidade média e abre frente para outras perguntas relacionadas a (re)estruturação de seu espaço intraurbano.

REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, O. B. **Contribution à l'étude des villes moyennes au Minas Gerais – Formiga et le Sud-Ouest du Minas Gerais.** (Thèse de Doctorat). Bordeaux, Université de Bordeaux III, 1973.
 _____ . Um esquema metodológico para o estudo das cidades médias. **Anais do II Encontro Nacional de Geógrafos.** Belo Horizonte, IGC; UFMG, 1976, p.6-15.

_____. A evolução dos Estudos sobre Cidades Médias em Minas Gerais. In: SATHLER, D; AMORIM FILHO, O.B.; VARAJÃO, G.F.D.C (org). **Cidades Médias: Bases Teóricas e estudos aplicados à Diamantina.** Belo Horizonte-MG: Editora Fino Traço, 2015, 239 p.

AMORIM FILHO, O. B.; RIGOTTI, J. I. R. Os limiares demográficos na caracterização das cidades médias. **Caderno de Geografia,** Belo Horizonte, v.7, n.9, p. 21-38, 2003.

AMORIM FILHO, O *et al.*. Cidades de porte médio e o programa de ações sócio-educativas-culturais para as populações carentes do meio urbano em Minas Gerais. **Boletim de Geografia Teorética,** Rio Claro, v.12, n.23, 1982, p.33-46.

ANDRADE, I. L. **Aplicação do modelo de zoneamento morfológico-funcional para o estudo do espaço intraurbano de cidades médias: análise da cidade de Viçosa-MG.** 75p. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Curso de Geografia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Viçosa (MG), 2015.

ARAÚJO, M. M. S; MOURA, R.; DIAS, P. C. Cidades médias: uma categoria em discussão. In: PEREIRA, R. H. M; FURTADO, B. A (org). **Dinâmica Urbano – Regional: Rede urbana e suas interfaces.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Governo Federal: Brasília, 2010. Pp. 53-69.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PIRANGA. Disponível em <http://www.amapi-mg.org.br/index.php/institucional/amapi>. Acesso 08-2017.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Ponte Nova, MG.** Disponível em http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/ponte-nova_mg. Acesso 08-2017.

BARATA SALGUEIRO, T. **Do Comércio à Distribuição:** roteiro de uma mudança. Oeiras: Celta Editora, 1996.

BARBOSA, W.A. Ponte Nova. **Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais;** Belo Horizonte, Ed. SATERB LTDA, 1971, pp. 378- 380.

BARRETO, R. **O centro e a centralidade urbana – aproximações teóricas a um espaço em mutação.** Cadernos Curso de doutoramento em Geografia. Pp. 23-41. FLUP. 2010.

- BARROS, S. F. S.; BATELLA, W.B. A proposta de limiares para compreensão das cidades médias: Viçosa-MG e Teófilo Otoni-MG em perspectiva. In: **Anais do II Simpósio Mineiro de Geografia e IV Seminário de Pós Graduação em Geografia**. Disponível em <http://www.ufjf.br/simgeo/anaisdoevento/edicaoatual/> Acesso 01/05/2017. Universidade Federal de Juiz De Fora: Juiz de Fora, MG. 2016, pp. 625-640.
- BATELLA, W.B. **Os limiares das cidades médias**: reflexões a partir da cidade de Teófilo Otoni-MG. Tese (Doutorado em Geografia) – Presidente Prudente – SP: FCT/UNESP, 228 p, 2013.
- BEAUJEU-GARNIER, J. Le centre des villes atil encore un avenir. **Annales de Geographie**, n. 5, pp 494-496, 1972.
- BITOUN, J. MIRANDA, L. **Desenvolvimento e cidades no Brasil**: Contribuições para o debate sobre as políticas territoriais. FASE, 2009.
- BOTELHO, A. A Produção do Espaço Urbano e da Moradia Através das Práticas do Setor Imobiliário: três casos paulistanos. **Cidades**, v.4, n. 6, 2007, p. 11-43.
- BOISIER, S. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa preta e o projeto político. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, N.13, jun. de 1996, s/p.
- BRANDÃO, C. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- BRANT, A. **Ponte Nova: 1770 a 1920**: 150 anos de história. Viçosa. Folha de Viçosa. 1993.
 _____ **Lavoura e Riqueza, voto e poder**: uma contribuição para o estudo da história política da Zona da Mata Mineira. Ponte Nova. Sociedade Pró-Memória de Ponte Nova. 1996.
- BREMAEKER, F. E. J. Os novos municípios: surgimento, problemas e soluções. **Revista de Administração Municipal**, v. 40, n. 206, jan./mar. 1993, p. 88-99.
- BRENNER, N. Between fixity and motion: accumulation, territorial organization and the historical geography of spatial scales. **Environment and Planning D: Society and Space**, 1998, v. 16, PP. 459-481.
- CACHINHO, H. **O comércio retalhista português**: pós-modernidade, consumidores e espaço. Lisboa: Gepe e Observatório de Comércio, 2002.
- CAMAGNI, R. **Economia urbana**. Barcelona: Antoni Bosch. 2005.
- CAMPOS, M.M; GUIMARÃES, P. M; LOUREIRO, R. F. Paisagem, projeto e vida urbana: o centro histórico portuário de Vitória (ES, Brasil). III Seminário Internacional Urbicentros. In: **Anais eletrônicos...2012**, s/p. Disponível em <http://www.ppgau.ufba.br/urbicentros/2012/ST167.pdf> Acesso 09-2017.
- CARLOS, A. F. A. (org.) **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2005, 204p.
- CARVALHO, J. S. **Aspectos da indústria açucareira no município de Ponte Nova**. Instituto Pontenovense de História. Ponte Nova, 1954.

CARVAS, G. M. A; AZEVEDO, D. S. O processo de criação e os primeiros anos de funcionamento da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora (1896-1930). **Cadernos de História da Educação**. V. 14, N.1 jan./abril, 2015, pp 227-246.

CATELAN, M. J. **Heterarquia Urbana: interações espaciais interescares e cidades médias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

CORRÊA, R.L. **O Espaço urbano**. Ed. Ática. São Paulo. 1989.

_____. A 'Cidade Mundial' de São Paulo e a Recente Expansão de seu Centro Metropolitano. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 54 (3), pp. 5-26, 1992.

_____. **O espaço urbano**. São Paulo. Editora Ática, 1995.

_____. **Trajelórias Geográficas**. 3ªEd. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 302 p, 2005.

_____. **Estudos sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Inovações espaciais urbanas – algumas reflexões. **Cidades**. V.7, n. 11., 2010. Pp. 151-162.

DEAN, W. **A Ferro E Fogo: A história. e a devastação da. Mata Atlântica brasileira**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

DINIZ, C. C.. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização. **Nova Economia**, 3 (1), pp. 35-64, 1993.

DUARTE, H. S. B. A cidade do Rio de Janeiro: descentralização das atividades terciárias. Os centros funcionais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, 36 (1), p. 53-98, jan/mar, 1974.

FEBRABAN. Federação Brasileira de Bancos. Disponível em <https://portal.febraban.org.br/>. Acesso 08-2017.

FONSECA, M. L. P. As transformações da localização das atividades de comércio e serviços em Uberlândia – MG. In: III Colóquio Internacional Sobre Comércio e Cidade: Uma relação de Origem. **Anais Eletrônicos...** São Paulo: FAU/USP, 2010. Disponível em http://www.labcom.fau.usp.br/wp-content/uploads/2015/05/3_cincci/027-m-lourdes-fonseca.pdf. Acesso 10-08-2017.

FRANÇA, I. S. **A cidade média e suas centralidades: O exemplo de Montes Claros no norte de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 240 p, 2007.

GAGNEBIN, M. F. Método é desvio – uma experiência de limiar. In: OTTE, Georg; SEDLMAYER, Sabrina; CORNELSEN, Elcio. (org.) **Limiares e passagens em Walter Benjamin**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, pp.12-26.

GIULLIANO, G; SMALL, K. A. 'Subcenters in the los angeles region', **Regional Science and Urban Economics**, 21, 163–182, 1991.

GOMES, M. T. S. **O processo de reestruturação produtiva em cidades médias do Oeste Paulista: Araçatuba, Birigui, Marília, Presidente Prudente e São José do Rio Preto**. Tese

(Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano.** São Paulo: Edusp, 1993.

GRASSIOTO, M. L. F. **A dinâmica do processo evolutivo dos centros comerciais:** aspectos do planejamento físico. Tese (Doutorado em Tecnologia da Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP). São Paulo: 2005, 421p.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** Tradução Carlos Szlak. Coordenação Antônio Carlos Robert Moraes. São Paulo: Annablume, 2005.

HOSPITAL ARNALDO GAVAZZA. Disponível em <http://gavazza.com.br/site/>. Acesso 09-2017.

HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS DORES. Disponível em <http://www.ihnsd.com.br/>. Acesso 09-2017.

HUBERMAN, L. **História da Riqueza do Homem.** 17ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 318 p, 1981.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades 1978.** Rio de Janeiro, 1987.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades 1993.** Rio de Janeiro, 2000.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades 2007.** Rio de Janeiro, 2008.

LEFÈBVRE, H. **De lo rural a lo urbano.** 4. ed. Barcelona: Península, 1978.

_____. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 178p, 1999.

LÓPEZ, M. A. G.; MUÑIZ, I. 'Employment decentralisation: polycentric compaction or sprawl? the case of the barcelona metropolitan region 1986-1996', Document de Treball, Facultat de Ciències Econòmiques i Empresariales, Universitat Autònoma de Barcelona, 2005.

LOZANO, L. P. G.; SPOSITO, E. S. Cidades Médias e distribuição espacial do comércio de eletrodomésticos no Brasil. In: BELLET, C.; MELAZZO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; LLOP, J. M.; (org). **Urbanización, Producción y Consumo en Ciudades Medias/Intermedias.** Universidade Estadual Paulista (Presidente Prudente) – Universitat de Lleida: Presidente Prudente e Lleida, 2015, pp. 79-106.

MALACHIAS, I.; LELES, F. A. G.; PINTO, M. A. S. **Plano Diretor de Regionalização da Saúde de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, 2010.

MILET, V. **A teimosia das pedras.** Um estudo sobre a preservação do patrimônio ambiental no Brasil. Olinda. Prefeitura de Olinda. 1988

MOTTER, C.; BATELLA, W.B. Descentralização e novas centralidades em cidades médias: o caso do subcentro da Avenida São Pedro em Chapecó-SC. **Boletim Gaucho de Geografia,** Porto Alegre: UFRGS, v. 42, n.2, pp. 611-627, 2015.

- MURPHY, R.E; VANCE JR, V. E. Delimiting CBD. **Economic Geography**. N 30, 1954, pp. 189-122.
- OLIVEIRA, P. T. **Ação conjunta em aglomeração produtiva**: institucionalização da suinocultura no Vale do Piranga – MG. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017, 140p.
- OLIVEIRA JUNIOR, G. Redefinição de centralidade urbana em cidades médias. **Sociedade e Natureza**. Uberlândia 20 (1), 2008, pp. 205-220.
- _____. Centro e novas expressões de centralidade em cidades médias: as respostas do centro tradicional da redefinição do velho. **Bol. Geogr. Maringá**. V29, N1, pp. 67-75, 2011.
- ORTIGOZA, S. A. G. **As franquias e as novas estratégias do comércio urbano no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Geografia). IGCE/UNESP, Rio Claro, 1996.
- PONTE NOVA. LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 4.029/2016. Dispõe sobre o Plano Diretor Estratégico de Desenvolvimento Integrado e Sustentável – PLEDS do Município de Ponte Nova e dá outras providências. Disponível em http://sapl.pontenova.mg.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/2023_texto_integral Acesso 09-2017.
- PINTAUDI, S.P. Os mercados públicos: metamorfose de um espaço na história urbana. **CIDADES**. V.3, N.5, 2006, PP. 81-100.
- PORTO, J. L. R. A construção de condicionantes no espaço amapaense. In: PORTO, J. L. R.; CHELALA, C.; SILVA, G. V.; COUTO, M. E. A (org). **Condicionantes construídos**: reflexões sobre as transformações espaciais amapaenses. Macapá: Jadson Porto, 2007.
- ROCHA, C. H. B. **Zona da Mata Mineira**: Pioneirismo, atualidade e potencial para investimento. Juiz de Fora: Do autor, 2008, 128p.
- RODRIGUES, L.G. A agroindústria da cana-de-açúcar na zona da mata mineira. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012, 180p.
- SALES, P. M. R. **SANTOS**: a relação entre o porte e a cidade e sua (re)valorização no território macrometropolitano de São Paulo. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1999, 285p.
- SANFELIU, C. B., TORNÉ, J. M. Miradas a otros espacios urbanos: Las ciudades intermédias. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales** - Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98 Vol. VIII, núm. 165, 15 de mayo de 2004.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985. 88p.
- _____. **A urbanização brasileira**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1993.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão emoção**. São Paulo. HUCITEC, 2002.
- _____. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004. 440 p.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, E. M; VIDEIRA, S. L. A reprodução do solo urbano: um estudo sobre a verticalização de Cascavel/PR. In: XVI Encontro Nacional de Geógrafos. **Anais Eletrônicos...**Porto Alegre/RS, 2010.

SILVA, W. R. **Para além das cidades Centralidade e Estruturação Urbana:** Londrina e Maringá. Tese (Doutorado em Geografia) – Presidente Prudente – SP: FCT/UNESP, 280p, 2006.

SILVEIRA, Marcos Rogério. **A importância da geoeconômica das estradas de ferro no Brasil.** Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente – SP: FCT/UNESP. 2003.

SIQUEIRA, L. P. R. **Identificação de subcentros na cidade de São Paulo: uma abordagem ligada à nova economia urbana.** Dissertação (Mestrado em Economia Política). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012, 129 p.

SOJA, E. W. **Geografias Pós-Modernas:** a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SOUZA, M. A. A. de. **A identidade da metrópole:** a verticalização em São Paulo. São Paulo: Editora Hucitec - Edusp, 1994, 260p.

SOUZA, M. V. M. **Cidades Médias e Novas Centralidades:** Análise dos Subcentros e Eixos Comerciais em Uberlândia (MG). Dissertação (Mestrado em Geografia). Uberlândia-MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2009, 248 p.

SPOSITO, M.E.B. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista de Geografia.** São Paulo, v. 10, pp 1-18, 1991.

_____. **Capitalismo e Urbanização.** 5ª Ed. São Paulo: Contexto, 1994.

_____. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. **Revista Território.** Rio de Janeiro, ano III, N4, pp. 26-37, 1998.

_____. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Urbanização e cidades:** perspectivas geográficas. Presidente Prudente: UNESP/GAsPERR, 2001. pp. 569-607.

_____. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intraurbana. In: - SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Textos e contextos para a leitura de uma cidade média.** Presidente Prudente: [s/n], 2001.

_____. O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades. Tese (Livre Docência) Faculdade de Ciência e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 508 p,2004.

_____. Cidades Médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Cidades Médias:** espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. pp. 233-256.

_____. Globalização, consumo e papéis intermediários de cidades médias no Brasil. In: Carmen Bellet Sanfeliu; Maria Encarnação Beltrão Sposito. (Org.). **Las ciudades medias o intermedias en un mundo globalizado.** 1a.ed.Lleída: Edicions de la Universitat de Lleída, 2009.

_____. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana F. A.; SOUZA, M. J. L.; SPOSITO, M.E.B. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 123-145.

SPOSITO, M. E. B; *et al.* O estudo das cidades médias brasileiras: Uma proposta metodológica. In: V Seminário Internacional de Estudos Urbanos, 2006, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: PUCMinas, 2006. pp. 1-34.

TOURINHO, A. de O. **Do Centro aos centros: bases teórico-conceituais para estudo da centralidade em São Paulo**. 2004. 438f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Centro de Pós-graduação, Estruturas Ambientais Urbanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2004.

VARGAS, H. C. **Espaço Terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio**. São Paulo: Ed. Senac, 335p, 2001.

VIDAL, J.E. **O território do samba em Ponte Nova MG: Marca da resistência de um passado escravocrata**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 74p, 2016.

VILLAR, J. P. **Vapor e Movimento: A estrada de ferro Leopoldina e a (trans)formação da paisagem no município de Ponte Nova – MG**. Monografia (Bacharelado em Geografia) Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2010, 55p.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2ed. São Paulo, Studio Nobel: FAPESP, 2001.

WANDERLEY, M.N.B. **Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural: estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001, s/p.

WHITACKER, A. M. **Reestruturação Urbana e Centralidade em São José do Rio Preto – SP**. 237p. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2003.

_____. **Centro da cidade, centralidade intraurbana e cidades médias**. In: MAIA, D. S.; SILVA, W. R.; WHITACKER, A. M. (org) **Centro e Centralidade em Cidades Médias**. Editora Cultura Acadêmica, São Paulo, 2017, pp 149-177.

ANEXO
FORMULÁRIO DE CAMPO

Construções em altura	Sim () Não()
Forte movimentação de veículos e pessoas	Sim () Não()
Hospital	Sim () Não()
Universidades/faculdades	Sim () Não()
Presença de indústria	Sim () Não()

ATIVIDADE	CONTAGEM	TOTAL
Agências Bancárias		
Auto peças e outras oficinas		
Bazar e presentes		
Caixa Eletrônico		
Lotéricas, correios, atividades financeiras		
Serviços de saúde (clínicas, laboratórios, consultórios)		
Educação (curso de línguas, escola, demais cursos)		
Estabelecimentos voltados ao campo		
Farmácia		
Imobiliária		
Informática e tecnologias		
Materiais de construção		
Mercados e serviços alimentares		
Posto de gasolina		
Salão de beleza e serviços de estética		
Serviços profissionais superiores		
Vestuário		